

Subcomissão de Fiscalização da Copa de
2014 e das Olimpíadas de 2016

Relatório de Atividades 2010

Relatora: Deputada Rebecca Garcia PP/AM

Brasília, 15 de dezembro de 2010
Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

ÍNDICE

- 1. Introdução**
- 2. Constituição da Subcomissão**
- 3. Requerimentos**
- 4. Audiências Públicas**
- 5. Visitas técnicas**
- 6. Matérias legislativas: medidas provisórias e projetos de lei**
- 7. Conclusões e Recomendações**
- 8. Encaminhamentos**

Corpo Técnico

Andrea Maria Rampani – Assessora Técnica do Gab. Do Deputado Silvio Torres

Marcos Rogério Rocha Mendlovitz – Assessor de Orçamento

Colaboradores

Wilson Teixeira Soares, Jornalista e site WWW.copa2014.org.br do SINAENCO

1. Introdução

Em outubro de 2007 quando o Brasil foi escolhido sede da Copa do Mundo de 2014, nosso País entrou em festa. O sonho de receber novamente um mundial ia muito além do imaginário de um povo que ama futebol e idolatra a seleção canarinho. Tínhamos a grande oportunidade de realizar grandes obras de infraestrutura tão necessários como na área de saneamento, transportes, mobilidade urbana, saúde e educação. Tínhamos também a oportunidade de alavancar negócios, fazer do Brasil uma grande vitrine para o mundo, desenvolver nosso turismo, fonte de renda alternativa para muitas famílias. Estava lançada a sorte.

Dois anos depois, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, através de requerimento do Deputado Paulo Rattes, instalou a presente Subcomissão a qual nos coube a nobre tarefa de ser relatora.

Nestes quase seis meses de trabalho intenso, tivemos a oportunidade de realizar diversas audiências públicas nas quais pudemos extrair valiosas informações sobre a atual situação da organização do evento.

Também tivemos a oportunidade de diagnosticar pontos que ainda precisam de maior atenção e foco, como a questão da acessibilidade e do desenvolvimento sustentável.

Esperamos que este trabalho sirva como apoio para os responsáveis pela organização da Copa na esfera federal, e nos diversos níveis estaduais e municipais. Vamos ao relatório.

2. Constituição da Subcomissão em 2010

Em 2009 a Subcomissão da Copa de 2014 realizou uma série de atividades, como audiências públicas, solicitação de informações e viagens, sem contar as reuniões semanais, com o objetivo de reunir o máximo de informações que pudessem dar um panorama e fazer diagnóstico sobre a organização, o planejamento e os preparativos do mundial de futebol, naquele momento.

Em dezembro de 2009, o então relator, Deputado Paulo Rattes (PMDB-RJ) apresentou relatório pormenorizado, onde foi possível destacar além das conclusões do trabalho, um rol de recomendações que, a que tudo indica, tem surtido efeito entre os entes responsáveis pelo evento, como será possível ver ao final deste trabalho.

Assim, em 2010, coube a esta relatoria dar continuidade aos trabalhos iniciados em 2009, fazer um balanço das recomendações apresentadas em 2009 e acrescentar novos dados e informações com o objetivo de colaborar ainda mais com o desenrolar da organização do mundial.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, bem como a escolha da relatoria foi realizada no dia 10 de março de 2010. A Subcomissão passou a ter a seguinte composição:

Presidente: Deputado Silvio Torres – PSDB/SP

Vice-Presidente: Deputado Felipe Bornier – PHS/RJ

Relatora: Deputada Rebecca Garcia – PP/AM

TITULARES

SUPLENTES

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Wellington Roberto – PR/PB

Alexandre Santos – PMDB/RJ

Jilmar Tatto – PT/SP

Dr. Paulo César – PR/RJ

Rebecca Garcia – PP/AM

Fernando Gonçalves – PTB/RJ

1 vaga

1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Manoel Salviano – PSDB/CE

Moreira Mendes – PPS/RO

Silvio Torres – PSDB/SP

Leandro Sampaio – PPS/RJ

Vanderlei Macris – PSDB/SP

1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Felipe Bornier – PHS/RJ

Ademir Camilo – PDT/MG

A primeira reunião de trabalhos da Subcomissão ocorreu em 16 de março. Ocasão em que foi elaborado o primeiro roteiro de trabalho para o ano.

Esses trabalhos iniciaram com um cenário completamente novo: as informações tanto aguardadas em 2009, finalmente começaram a chegar. Em janeiro, mesmo antes do início dos trabalhos e da escolha dessa relatora, a Subcomissão obteve informações advindas de respostas de Requerimentos de Informações aprovados em 2009. Entre eles, talvez o mais significativo, tenha sido a resposta de Requerimento do Ministério das Cidades contendo a relação das obras de mobilidade urbana previstas para cada cidade-sede.

Em meados de janeiro, o governo federal, em função de recomendação exarada pelo Tribunal de Contas da União, com fulcro nas recomendações dessa Subcomissão e do próprio TCU, apresentou a chamada Matriz de Responsabilidade da Copa de 2014, documento assinado pelos governadores, prefeitos e pelo Ministro das Cidades, contendo o comprometimento de cada ente no que se refere à mobilidade urbana e estádios.

A seguir, serão apresentados os Requerimentos aprovados pela Subcomissão e a situação de cada um deles.

3. Requerimentos

A Subcomissão aprovou neste primeiro semestre 10 Requerimentos, sendo 5 propondo a realização de audiências públicas, 4 solicitando informações e 1 propondo a realização de visita técnica.

Requerimentos para Audiências Públicas

REQUERIMENTOS DE 2010	
Requerimento 305/10, Deputados Silvio Torres e Paulo Rattes Requer a realização de audiência pública com os seguintes convidados: • Orlando Silva, Ministro do Esporte; • Márcio Fortes, Ministro das Cidades; • Murilo Marques Barbosa, Presidente da INFRAERO; • Ricardo B. Ballestreri, Secretário Nac. de Segurança Pública; • Paulo Godoy, Presidente da ABDIB; • João Alberto Viol, Presidente da SINAENCO; • Carlos de La Corte, Consultor para Estádios do COE Aprovado 17/03/10	Realizada dia 29/04. Participou da Reunião: • Márcio Fortes, Ministro das Cidades Realizada dia 06/05/10 Participaram da reunião: • JONAS MAURÍCIO LOPES, Superintendente de Estudos e Projetos de Engenharia, em substituição ao Presidente da Infraero, Senhor Murilo Marques Barbosa; e • HENRIQUE JOSÉ BORRI, Coordenador do Grupo de Trabalho da Copa de 2014, em substituição ao Senhor Ricardo Ballestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública. Realizada dia 19/05/10 em conjunto com a Comissão de Turismo e Desporto. Participou da reunião: • ORLANDO SILVA, Ministro do Esportes

REQUERIMENTOS DE 2010	
Requerimento 305/10, Deputados Silvio Torres e Paulo Rattes Requer a realização de audiência pública com os seguintes responsáveis pela organização do mundial nas cidades-sede: • Pernambuco: Ricardo Leitão, Secretário da Casa Civil e Coordenador do COE; • Rio Grande do Sul: Paulo Odone, Secretário Extraordinário da Copa 2014; • São Paulo: Caio Luiz C. de Carvalho, Diretor-Presidente da São Paulo Turismo; • Amazonas: José Marcelo de Lima, Secretário Planej. Desenvolvimento Econômico; • Paraná: Orlando Pessuti, Vice-Governador e Coord. Comitê Assuntos Copa Mundo 2014; • Mato Grosso: Adilton Sachetti, Diretor-Presidente da Ag. Estadual de Exec. Projetos da Copa do Mundo do Pantanal e Secretário Extraordinário de Apoio e Acompanhamento às Políticas Ambientais e Fundiárias; • Distrito Federal: Sérgio Lima da Graça, Coordenador da Copa 2014; • Bahia: Ney Campello, Secretário Extraordinário Com. Gestor Estadual Copa Mundo 2014; • Rio Grande do Norte: Fernando Fernandes, Secretário de Turismo e Coord. Copa 2014; • Minas Gerais: Antônio Anastasia, Vice-Governador de MG; • Ceará: Ferruccio Petri Feitosa, Secretário de Esporte; - Rio de Janeiro: Eduardo Paes, Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Aprovado 17/03/10	Realizada dia 15/04/10 • Amazonas: RODRIGO CAMELO, Sec. Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. • Mato Grosso: ADILTON SACHETTI, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal - Fifa 2014 - AGECOPA, do Estado do Mato Grosso. Realizada dia 28/04/10 • Minas Gerais: ANDRÉ BARRENCE, Gerente Adjunto do Projeto Copa 2014 do Governo de Minas Gerais. • Bahia: EVERALDO AUGUSTO, Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, no Estado da Bahia. Realizada dia 20/05/10 • Pernambuco; RICARDO LEITÃO, Secretário da Casa Civil e Coordenador do Comitê Pernambuco na Copa do Mundo de 2014 • Paraná; ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA, Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba
Requerimento 335/10, Deputados Silvio Torres, Rebecca Garcia, Vanderlei Macris Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Secretaria Especial de Portos Aprovado 05.05.10	Aguardando realização.
Requerimento 336/10, Deputados Silvio Torres, Rebecca Garcia, Vanderlei Macris Requer a realização de audiência com o Secretário da Receita Federal do Brasil para discutir o projeto de lei que trata das isenções fiscais exigidas pela FIFA para a realização da Copa do Mundo de 2014". Aprovado 05.05.10	Realizada dia 27/05/10 • FERNANDO MOMBELLI, Coordenador Geral de Tributação • AUGUSTO CARLOS RODRIGUES, Chefe da Divisão de Estudos Jurídicos Tributários e Articulação de Assuntos Estratégicos

Requerimentos de Informação

REQUERIMENTOS DE 2010	
Requerimento 307/10, Deputados Vanderlei Macris Requer seja convocado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para, em audiência pública, prestar informações quanto a identificação orçamentária dos recursos públicos destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016. (Aprovado com alteração, substituindo convocação por encaminhamento de requerimento de informação ao Ministro) Aprovado 17/03/10 Gerado: RIC 4847/2010	Respondido em 26/05/2010 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.
Requerimento 308/10, Deputado Sílvio Torres "Solicita informações do Ministério do Esporte sobre contratos sem licitação de consultoria com a FIA - Fundação Instituto Administração para os preparativos com as Olimpíadas de 2016". Aprovado 17/03/10 Gerado RIC 4848/2010	Respondido em 05/07/2010 pelo Ministério do Esporte. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.
Requerimento 325/10, Deputado Sílvio Torres Requer seja oficiado à FIFA - Fédération Internationale de Football Association, pela Presidência da Câmara dos Deputados, pedido de informações sobre a Copa do Mundo de 2014. Aprovado 14.04.10	Aguardando resposta da Fifa.
Requerimento 334/10, Deputados Sílvio Torres, Rebecca Garcia, Vanderlei Macris "Solicita informações ao Ministério da Fazenda sobre os pedidos de financiamentos solicitados à Caixa Econômica Federal para mobilidade urbana com vistas à Copa do Mundo de 2014, conforme especifica Aprovado 05.05.10 Gerado RIC 5013/2010	Respondido em 22/06/2010 pelo Ministério da Fazenda. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.
REQUERIMENTO Nº 337/10, Deputados Sílvio Torres, Rebecca Garcia, Vanderlei Macris Solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre os pedidos de financiamentos solicitados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo de 2014, conforme especifica. Aprovado 05.05.10 Gerado RIC 5014/2010	Respondido em 09/06/2010 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.

Requerimentos de Informação aprovados em 2009 cujas respostas chegaram em 2010

Em 2009, foram aprovados quatro requerimentos de informações cujas respostas só foram recebidas em 2010. São eles:

REQUERIMENTOS DE 2009, recebidos em 2010	
Requerimento 273/09 , do Deputado Rômulo Gouveia Solicita informações aos Ministérios da Justiça, Turismo e Transportes sobre os projetos e demandas apresentadas pelos Estados e Cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014. Aprovado 18/11/2009 Gerado: RIC 4515/09 ao Ministério do Turismo, 4516/2009 ao Ministério do Transporte e 4517/2009 ao Ministério da Justiça	Os Requerimentos 4517/09 e 4516/09 foram respondidos em 2009. O Requerimento 4515/09 foi respondido em 26/05/10 pelo Ministério do Turismo. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.
Requerimento 275/09 , do Deputado Silvio Torres Solicita ao Ministério do Esporte o estudo elaborado pela ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base para a Copa do Mundo de 2014. Aprovado 18/11/09 Gerado RIC 4519/09	Respondido em 03/03/2010 pelo Ministério do Esporte. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.
Requerimento 277/09 , do Deputado Silvio Torres Solicita ao Ministério do Esporte informações sobre a aplicação dos recursos objeto do projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que abre o Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de R\$ 300.000.000,00. Aprovado 18/11/09 Gerado RIC 4513/09	Respondido em 18/03/2010 pelo Ministério do Esporte. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.
Requerimento 289/09 , do Deputado Rômulo Gouveia Solicita informações ao Ministério da Defesa sobre as ações da Infraero e da ANAC com vistas à Copa do Mundo de 2014. Aprovado 16/12/09 Gerado RIC 4618/09	Respondido em 20/04/2010 pelo Ministério da Defesa. Detalhamento da resposta, vide Anexo I.

Outros Requerimentos

REQUERIMENTOS DE 2010	
Requerimento 321/10, Deputado Silvio Torres Requer a realização de visita técnica aos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, sedes da Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de avaliar o andamento dos preparativos com o mundial. Aprovado 14.04.10	Visita Técnica em São Paulo realizada em 14/05/2010

4. Audiências Públicas

CUIABÁ

Audiência em 15 de abril de 2010 na Câmara dos Deputados

Convidado: Adilton Domingos Sachetti – Diretor-Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal de 2014 - AGECOPA

O Governo do Estado do Mato Grosso criou, com o intuito de organizar a Copa do Mundo naquele Estado, a Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal de 2014 – AGECOPA (formada por 7 diretores), com prazo de duração limitado. Essa estrutura visa reduzir a sobrecarga para as secretarias e demais órgãos do Estado.

Enquanto se aguardava a aprovação da sobredita agência pela Assembleia Legislativa, os projetos relativos ao estádio foram desenvolvidos pela Secretaria de Turismo e a sua licitação pela Secretaria de Infraestrutura, cuja homologação ocorreu em agosto.

Segundo o Sr. Adilton, o orçamento original para as obras do estádio era de R\$ 398 milhões, mas o preço final ficou em R\$ 342 milhões, sem os equipamentos (cadeiras, placar e a parte de TI). Para os itens que ficaram de fora, serão realizadas novas licitações.

O expoente disse que a última pendência para assinar o contrato de execução da obra do Estádio Verdão era a licença ambiental, que seria entregue ao Governador no dia desta audiência. E acrescentou que a AGECOPA pretende concluir a referida obra até 30 de dezembro de 2012.

O Estado do MT programou, em seu orçamento, R\$ 250 milhões ao ano, que totaliza R\$ 1 bilhão em quatro anos, para realizar a Copa do Mundo nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande (cidades que se fundem, pois são divididas por um rio). O ente pretende ainda buscar financiamento público federal para aumentar esses recursos.

No tocante à infraestrutura aeroportuária, o representante do MT destacou a necessidade urgente, por parte da INFRAERO, de ampliar o aeroporto que se encontra com capacidade superada para a demanda de usuários, que no ano passado chegou a 1 milhão e 700 mil passageiros.

Quanto à mobilidade urbana, o Sr. Adilton afirmou que as obras para essa área encontram-se na fase de desenvolvimento de projetos e que foram aprovados para Cuiabá R\$ 454 milhões, de acordo com o cronograma firmado entre o Governo do Estado e o Ministério das Cidades.

As obras relativas à mobilidade urbana, segundo o expoente, consistem em BRT, com dois corredores de implantação de ônibus, e um corredor de acesso ao norte, denominado Mário Andreazza, que não deve ser considerado como BRT. Estas obras serão custeadas com financiamento da Caixa Federal no valor de R\$ 454 milhões acrescidos de R\$ 27 milhões com recursos próprios do Estado a título de contrapartida. O BRT será operado pela(s) Prefeitura(s) embora o Estado tenha assumido essas obras, dado que os municípios não possuíam capacidade de financiamento.

O projeto da nova arena, Estádio do Verdão, foi desenvolvido pela empresa GCP, segundo o Presidente da AGECPA, e “foi o primeiro a ser apresentado com a intenção de Certificação LEED para a FIFA. Depois passou a ser exigência da FIFA que todos os projetos tivessem a Certificação LEED”. Além disso, o MT também pretende ser o primeiro a desenvolver um projeto para obter a Certificação *Carbon Free* em relação à construção do estádio, ou seja, neutralizar 100% do carbono gerado com a referida obra por meio de projetos ambientais no próprio Estado, a exemplo de programa de recuperação de nascentes.

Perguntado pela Deputada Rebecca Garcia sobre o gerenciamento dos recursos públicos recebidos pela AGECPA, o Sr. Adilton esclareceu que a AGECPA é uma entidade governamental e, por isso, todos os recursos a ela destinados são creditados na conta única do Estado.

Aduziu o Diretor-Presidente da AGECPA que três BRs constituem as principais avenidas que cortam Cuiabá. Por isso, aguarda-se

que as necessárias intervenções nessas vias, orçadas em R\$ 350 milhões, sejam custeadas e executadas pelo DNIT.

O Sr. Adilton destacou que o aeroporto, a mobilidade urbana, os centros de treinamento, o estádio e o *fun park* constituem as obras consideradas prioritárias pelo Estado para a realização da Copa de 2014.

No que tange a transparência, o convidado apontou a existência de um Conselho Consultivo formado por entidades da sociedade, tais como Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado, e a criação de um portal para registrar todos os atos da AGECOPA além dos compromissos de transparência com os órgãos de controle. Além disso, o Ministério Público, no Estado, criou uma comissão para fiscalizar os atos preparatórios para a Copa.

Informou o expoente ser de R\$ 14,2 milhões o custo da contratação dos projetos básicos e executivos para a arena, incluindo o projeto de fluxo de pessoas, projeto estrutural, hidráulico e arquitetônico. Quanto aos equipamentos, as cadeiras e o placar eletrônicos estão orçados e licitados por R\$ 39,8 mil, podendo chegar, com os demais equipamentos e a TI interna (câmeras de vigilância e controle eletrônico interno do estádio), a R\$ 42,5 mil.

O Sr. Adilton, ao diferenciar a TI interna da TI, esclareceu que esta última se refere ao apoio ao *media Center*, a ser situada no ginásio ao lado do estádio, sem custo estimado até o momento.

Quanto à sustentabilidade do estádio, o diretor da AGECOPA destacou que a arena, projetada para 42.500 lugares, pode ter sua capacidade reduzida em até 15 mil assentos, após o evento mundial, para diminuir o custo de manutenção.

Para os próximos dois anos estão previstos a oferta de mais três mil leitos na capital matogrossense.

O Estado do MT institui uma comissão mista da AGECOPA e da Secretaria de Segurança para cuidar da segurança da Copa do Mundo.

O representante do MT lembrou ainda que as obras de saneamento em Cuiabá foram contempladas pelo PAC e encontram-se na fase de execução. Recentemente foi inaugurada uma estação de

tratamento de água. Também há previsão, dentro do PAC, para obra de coleta de esgoto na área do estádio, o que elevaria ao percentual de 50% da implantação desse serviço na capital. Aduziu que o maior problema no Pantanal consiste no tratamento de esgoto das cidades integrantes do semicírculo que forma a bacia do Pantanal. Ele acredita que o PAC continuará a fim de solucionar o problema. As três principais cidades, Rondonópolis, Cuiabá e Várzea Grande, detêm cerca de metade da população do Estado e estão com obras de saneamento em execução, graças ao PAC.

Explicou ainda o convidado que a Prefeitura, embora tenha assinado termo de responsabilidade, não possui atualmente capacidade de financiamento. Assim, o Estado assumiu os respectivos custos e a execução das obras de mobilidade, mas ouvindo os técnicos da Prefeitura. Acrescentou que, na formação da agência, um dos diretores é indicado pela Prefeitura. Além disso, explicitou serem do quadro da Prefeitura os técnicos que trabalham com as obras da mobilidade urbana.

Acerca do limite de endividamento, o Sr. Adilton salientou que o Estado do MT tem “disponível para captar recursos 1 bilhão e 300 milhão, já precificado (sic) pelo Tesouro Nacional, colocando a disponibilidade de contratação”. Há previsão de contratar R\$ 300 milhões, limite financiado pelo BNDES (75% de R\$ 400 milhões), para obras do estádio e entorno. Do custo total da implantação do BRT (R\$ 481 milhões), pretende-se financiar R\$ 454 milhões. Aduziu que “temos 200 milhões no PRODETUR”, para melhorias nos locais turísticos do Estado, de acordo um plano diretor em turismo em fase de elaboração. Por fim, concluiu que Estado tem capacidade para investir em torno de R\$ 2 bilhões, já incluído R\$ 1,3 bilhão da capacidade de endividamento.

Quanto aos recursos inerentes às obras de responsabilidade da União, esperam-se investimentos de R\$ 350 milhões do DNIT, para as obras já comentadas, e cerca de R\$ 90 milhões da INFRAERO, para construir um novo terminal, uma nova pista e outras obras de modernização aeroportuária.

No tocante à capacitação de mão-de-obra, a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, em parceria com o Sistema

FIEMT, pretende oferecer cerca de 2.000 vagas em cursos de qualificação, sobretudo para o setor da construção civil e serviços receptivos.

Por fim, queixou-se o expoente da falta de empenho, até o momento, do Governo Federal, notadamente no que tange à contribuição financeira para o evento.

MANAUS

Audiência em 15 de abril de 2010 na Câmara dos Deputados

Convidado: Rodrigo Camelho de Oliveira – Secretário-Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas

O Governo do Estado da Amazônia optou por demolir e implantar um novo estádio, que se situará numa região central de Manaus. A construtora Andrade Gutierrez, com proposta em torno de R\$ 500 milhões, foi vencedora do processo licitatório para a construção da nova arena, que inclui a parte de TI (tecnologia da informação), assentos, placar eletrônico e demais equipamentos. As obras já se iniciaram dentro do prazo imposto pela FIFA. O Estado, até a data desta audiência, aguardava liberação do empréstimo pelo BNDES para a citada obra.

O projeto da arena obteve o *LEED certification* (certificação ambiental que confere o selo verde). O Estado ainda pretende contratar uma consultoria para acompanhamento dessa construção a fim de atender os critérios da FIFA em termos de prédios verdes (*Green Building Council* americano). De acordo com o Sr. Rodrigo, o projeto do estádio, que envolve alguns arredores e estrutura viária, foi elaborado pela empresa Stadion, sem licitação.

De acordo com o representante amazonense, essa obra, que foi iniciada em 19 de março de 2010, gerará 1.500 empregos diretos e 4.500 indiretos.

Situados ao lado da arena, o Centro de Convenções e um ginásio poliesportivo servirão de *media Center* durante a Copa de 2014.

Na área de mobilidade urbana, o principal projeto do Governo do AM é o monotrilho, complementado pelo BRT, orçados em R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 800 milhões captados, mediante empréstimos, junto à CEF. O monotrilho, com extensão de 20,2 quilômetros, passará praticamente por toda a cidade e será integrado por cerca de 4 terminais na cidade. Outros 2 terminais serão integrados pelo BRT.

O monotrilho, até a data desta audiência, estava na fase de licitação para receber as propostas dos consórcios para execução da obra.

Segundo o Sr. Rodrigo, as obras de mobilidade urbana gerarão 2.800 empregos, sendo 700 diretos e 2.100 indiretos, e durante a operação mais 300 vagas, para fazer o sistema funcionar.

Lembrou o palestrante que Manaus não dispõe de grandes rodovias interligando o interior. No entanto, salientou que o Porto de Manaus, importante via de acesso à capital, possui grande calado e pode aportar até 3 transatlânticos.

Sobre a questão energética, o representante amazonense arguiu que, com a chegada do gás proveniente da Reserva de Urucu, Manaus tem grande segurança energética, inclusive com a previsão, pelo PAC, das obras de Tucuruí.

No tocante às telecomunicações, o convidado indagou sobre a previsão de chegada, em Manaus, da nova fibra ótica, vinda de Boa Vista, da Venezuela e dos Estados Unidos, além da rede de fibra ótica já existente, proveniente de Porto Velho. Segundo ele, aquele investimento é de responsabilidade da empresa Oi, que ganhou a concessão de operação na Região Norte.

Na área de saneamento, o palestrante chamou a atenção do PROSAMIM, já em execução por meio de empréstimo do Banco Mundial, programa de reurbanização de algumas áreas e de saneamento básico.

Em termos de hotelaria, o Sr. Rodrigo contabilizou, atualmente em Manaus, 5 mil unidades de hospedagem, o que equivale a cerca de 10 mil leitos. Há investimentos previstos de grandes redes hoteleiras que podem disponibilizar mais 3 mil unidades de serviço. Na hipótese desse

número não ser atingido, o expoente mencionou a possibilidade de alugar transatlânticos para atender a necessidade de hospedagem.

Quanto aos Centros de Treinamentos, o Sr. Rodrigo afirmou que seriam 2 em Manaus. O primeiro é o Clube do Trabalhador, uma unidade do Sesi, cuja infraestrutura será melhorada. O outro é o Estádio Ismael Benigno, segundo maior do Estado, também será renovado.

No tocante à organização e gerenciamento dos projetos da Copa, o Estado está autorizado a criar 2 empresas públicas: Amazonas Copa 2014 S.A. e Companhia de Transportes Metropolitanos.

A primeira empresa gerenciará o empreendimento do estádio e dos seus arredores. Além disso, empreendimentos imobiliários, em áreas ao redor do estádio que serão valorizadas, serão ofertados, por meio de concessão, para captação de recursos com vistas a abater o investimento realizado pelo Estado bem como para financiar as demais necessidades previstas, inclusive o *funpark*, os centros de treinamento e melhorias na infraestrutura nos arredores que envolvem o acesso viário para esses empreendimentos.

Já a Companhia de Transportes Metropolitanos também será objeto de licitação para trazer um parceiro para operar o novo sistema de transportes. Assim, segundo o Sr. Rodrigo, “parte do valor dessa concessão vai ser abatido daquele investimento total”.

Quanto à transparência, o convidado do Amazonas disse que, por meio de um portal, têm dado publicidade a todo o processo, além de repassar informações, inclusive sobre contratos e pagamentos, aos órgãos de controle.

O Sr. Rodrigo disse que devido à falta de capacidade de endividamento da Prefeitura de Manaus, as obras do BRT no valor de R\$ 230 milhões ficariam sob a responsabilidade do Estado do Amazonas¹.

Em relação à capacidade de endividamento do Estado do Amazonas, o convidado disse que, segundo a Secretaria de Fazenda – SEFAZ, o Estado possui, na data da audiência, capacidade de

¹ Nota taquigráfica da Audiência realizada em 15 de abril de 2010 na Subcomissão de Fiscalização dos recursos da Copa de 2014, p. 50.

endividamento total de R\$ 12 bilhões. O volume de investimentos para a Copa, até o momento, está previsto para R\$ 2,3 bilhões, sendo cerca de R\$ 1,0 bilhão de financiamento para a arena e mobilidade urbana².

SALVADOR

Audiência em 28 de abril de 2010 na Câmara dos Deputados

Convidado: Everaldo Augusto – Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, do Estado da Bahia.

Para cuidar dos assuntos da Copa, o Governo do Estado da Bahia criou em setembro de 2009 uma Secretaria Extraordinária, a SECOPA, com secretário e equipa de trabalho. Ao lado dessa Secretaria, foi constituído, também por meio de decreto do Governador, o Comitê Gestor da Copa, formado por 17 Secretarias, os chamados órgãos sistêmicos da Copa. Essas Secretarias exercerão alguma atividade direta ou indireta na preparação da Copa.

Além do Comitê Gestor, está em fase de montagem um Comitê Unificado entre Estado e Prefeitura. É um Comitê menor incumbido de compatibilizar ações, democratizar informações, dividir responsabilidades.

A SECOPA é uma Secretaria de gerenciamento das ações a serem executadas pelas Secretarias envolvidas conforme a respectiva área de atuação.

Está em fase de elaboração o chamado Plano Diretor da Copa para desenvolver o planejamento estratégico do evento.

Enquanto isso, o Estado tem respondido aos desafios impostos pela FIFA, pelo Comitê Organizador Local (COL) e pelo comitê da CBF.

Da matriz de responsabilidade resultou compromisso do Governo do Estado da Bahia para a construção da nova arena da Fonte

² Idem, p. 58.

Nova e para um corredor estruturante de tráfego do aeroporto até o acesso norte.

O atual estádio da Fonte Nova será demolido para a construção de nova arena com mesmo nome que custará ao Governo do Estado cerca de R\$ 500 milhões, enquanto o corredor estruturante, outros R\$ 500 milhões.

Além desses dois projetos, o Sr Everaldo afirmou que o Governo do Estado possui outras iniciativas, como a modernização da rede hoteleira e a qualificação dos serviços na cidade de Salvador.

Asseverou o representante baiano que as obras da Fonte Nova ocorrerão por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) com financiamento do BNDES.

O Sr. Everaldo aduziu que a Assembléia Legislativa da Bahia já autorizou o governo daquele Estado o processo de financiamento das duas principais obras, a arena e o corredor estruturante.

O expoente também ressaltou o problema de endividamento dos Estados e, sobretudo, dos municípios. No caso de Salvador, apontou que o financiamento das obras do estádio seria do Estado enquanto do corredor estruturante, da Prefeitura. No entanto, comentou que devido à falta de condição de endividamento da Prefeitura, o Estado teve de assumir também essa obra.

O Sr. Everaldo esclareceu que o projeto básico do corredor estruturante será concluído brevemente pela Prefeitura para execução pelo Estado. Segundo ele, a opção é pela utilização do referido corredor com ônibus articulados. Além disso, estão previstas obras de preparação de acesso às arenas de treinamento (Estádio de Pituaçu e do Barradão) com alargamento e duplicação de pistas.

Na audiência foi mencionado que o custo da arena pronta será de quase R\$ 600 milhões e inclui restaurantes, museus, centro de mídia e os estacionamentos exigidos para a Copa do Mundo. Todavia, esse custo poderá ser reduzido em razão de renúncia fiscal por meio de leis municipais e estaduais. O expositor lembrou que esse custo não inclui a exploração do entorno da arena que será de responsabilidade do

consórcio vencedor, que poderá ser um complexo hoteleiro, um *shopping*, uma área de entretenimento. Enfim, ficou claro que ainda não há definição sobre a utilização do entorno do estádio da Fonte Nova.

Assegurou o Sr. Everaldo que o consórcio vencedor poderá explorar o estádio durante 30 anos.

Ao ser indagado sobre leitos hospitalares pela Deputada Rebecca Garcia, o representante baiano informou a conclusão de um hospital geral no subúrbio de Salvador, o qual duplicará a capacidade de leitos públicos na capital, e a previsão, ainda para este ano, de dois grandes hospitais no município de Feira de Santana, que fica próximo de Salvador. Contudo, afirmou ainda não estar elaborado o planejamento estratégico relacionado à saúde e à segurança para a Copa do Mundo.

O Deputado Sílvio Torres questionou que Salvador tem uma das menores previsões (R\$ 567 milhões) para obras de mobilidade urbana em contraponto à sua complexidade e aos gargalos de mobilidade. Em resposta, o Sr. Everaldo garantiu que a matriz de responsabilidade contempla as obras diretamente ligadas à Copa do Mundo, mas existem obras do PAC relacionadas a saneamento e à mobilidade urbana que servirão para Salvador e para a Copa.

No âmbito da mobilidade urbana, citou a construção de uma via expressa, com extensão aproximada de 10 quilômetros, que ligará o Acesso Norte ao Porto de Salvador. Destacou também a elaboração de um planejamento estratégico do Governo do Estado com investimentos de R\$ 18 bilhões em obras de mobilidade urbana que contemplam Salvador e a região metropolitana.

Quanto ao corredor estruturante (BRT), afirmou que os recursos são federais com financiamento pela Caixa e assumidos integralmente pelo Governo Estadual que também executará a obra.

Na audiência, também ficou registrado que a demora para a demolição do estádio da Fonte Nova para construção de uma nova arena esbarra na questão de tombamento. O estádio não é tombado, embora o Ministério Público Federal tenha solicitado o tombamento do imóvel ao IPHAN. No entanto, os órgãos estaduais negaram o tombamento. Há

ainda, no entorno do estádio, outros bens tombados pelo Patrimônio da União: o Dique do Tororó, a Casa de Dona Anfrísia, um antigo colégio e um mosteiro.

O representante baiano disse que, para a construção da nova arena da Fonte Nova, o Estado da Bahia adotou o modelo de PPP em ele concede, por ser o proprietário de toda a área, o direito de exploração por 30 anos ao consórcio vencedor, que é o Norberto Odebrecht, OAS e Amsterdam. No entanto, lembrou que falta ainda escolher quem irá construir e explorar o entorno do estádio.

O novo estádio será todo coberto e terá capacidade para 50 mil pessoas, segundo afirmou o representante baiano.

No tocante à infraestrutura aeroportuária, que é de responsabilidade do Governo Federal, a audiência apontou a existência de 3 projetos. O primeiro seria a construção da torre de controle, no valor de R\$ 5 milhões, com obra prevista para se iniciar e terminar em 2011. Outro se refere à reforma do terminal de passageiros, cuja obra se iniciaria em maio de 2011 e demoraria dois anos para ser terminada, com custo de R\$ 2 milhões. Por fim, a reforma e a ampliação das pistas, com custo aproximado de R\$ 18 milhões e início em março de 2011 com previsão de durar dois anos.

Esses e os demais investimentos do Governo Federal previstos para Salvador somam R\$ 44 milhões e ainda não foram iniciados. Outra responsabilidade assumida pelo Governo Federal e também não iniciada se refere à melhoria e à ampliação do Porto de Salvador.

BELO HORIZONTE

Audiência em 28 de abril de 2010 na Câmara dos Deputados

André Barrence – Gerente-Adjunto do Projeto Copa 2014 do Governo de Minas Gerais

O Sr. André Barrence ressaltou que existe uma parceria entre o Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo Federal.

Para organizar a realização do evento de 2014 foram constituídos 2 grupos. Um grupo está focado para o aspecto estratégico. É o Núcleo Gestor da Copa, presidido pelo Governador do Estado de Minas Gerais e composto pelas Secretarias de Planejamento, de Esporte e Juventude, de Desenvolvimento Econômico, de turismo, de transportes e Obras Públicas, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o Programa Estado para Resultados (criado em 2007 para proporcionar e entregar os resultados esperados).

Abaixo desse Núcleo Gestor, há o Comitê Executivo, com representantes que participam também do Núcleo de Gestão e presidido pelo Coordenador do Programa estado para Resultados. Esse Núcleo é responsável pela tática do projeto, ou seja, estabelecer o elo entre o que foi decidido pelo Núcleo Gestor e a execução, que é de responsabilidade do Escritório de Projetos da Copa, que conta atualmente com 7 profissionais dedicados ao gerenciamento do projeto.

A questão analítica do projeto foi estruturada em 3 focos principais: estádios alternativos, chamados de infraestrutura pré-operação Copa, que abarca as questões de infraestrutura esportiva, de mobilidade urbana, serviços turísticos e rede hoteleira, infraestrutura de utilidade pública; comunicação; e requisitos FIFA.

O Estado de MG escolheu 2 estádios, que serão modernizados, para receberem jogos do futebol mineiro durante o período de reforma do Mineirão. Foram escolhidos o Estádio Arena do Jacaré, no Município de Sete Lagoas, a 60 km de BH, e o Independência, na capital mineira. O custo estimado desses projetos foi orçado em R\$ 12 milhões para a primeira arena, com recursos apenas do Estado de MG, e em R\$ 46 milhões para a outra. O projeto deste último está sendo executado em parceria com o Governo Federal, mediante convênio com o Ministério do Turismo para a parte de infraestrutura. Segundo o representante de Minas, são R\$ 30 milhões do Governo Federal e R\$ 16 milhões do Estado.

No tocante ao estádio do Mineirão, segundo maior estádio do Brasil e que será palco da Copa do Mundo em Minas Gerais, o representante mineiro ressaltou que serão realizadas reformas também no entorno do estádio e lembrou que toda a sua parte de infraestrutura e o anel externo não podem ser modificados por questões de patrimônio histórico, o que foi respeitado nos projetos.

O projeto do Mineirão foi dividido em 3 etapas. A primeira, orçada em R\$ 8 milhões, consiste no reforço estrutural do anel externo do estádio. Na segunda etapa, prevista em R\$ 3 milhões, ocorrerá intervenções mais contundentes na estrutura da arena, com demolições e escavações. Finalmente, a terceira etapa constitui as principais intervenções do projeto.

Quanto à viabilização econômico-financeira dos projetos, André Barrence afirmou que existe a possibilidade de gestão compartilhada do Mineirão com a iniciativa privada. Disse não se tratar de uma PPP propriamente dita, mas de gestão compartilhada.

O expositor aduziu que, de acordo com a matriz de responsabilidade, o Estado de Minas Gerais será responsável pela infraestrutura esportiva, que são os dois estádios alternativos e o novo Mineirão, recorrendo, se for o caso, à linha de financiamento do BNDES para reformar os estádios. À Prefeitura caberá a parte da mobilidade urbana por meio de sua empresa responsável, a BHTrans.

A Prefeitura de BH apresentou diversos projetos ao Governo Federal sobre os quais ela ficará responsável também como tomadora de empréstimo, se for o caso.

O Sr. Barrence citou, como principais intervenções da Prefeitura no tocante à mobilidade urbana, a implantação de BRT (Transporte Rápido por Ônibus) na Av. Antônio Carlos (essa em parceria com o Estado) e na Av. Carlos Luz bem como a construção da Via do Ouro.

Ao responder pergunta da Deputada Rebecca Garcia, o expositor também confirmou que o valor total das obras na arena

principal da ordem de R\$ 426 milhões engloba 100% do projeto, incluindo equipamentos.

No que tange à questão de leitos mínimos, ainda indagado pela Deputada Rebecca, o representante mineiro afirmou não haver exigência nominal da FIFA em relação a essas vagas. O que a FIFA exige, segundo ele, é um raio máximo para hospedagem em relação à cidade-sede. No entanto, disse que o Estado trabalha como indutor desse processo, que considera de responsabilidade da iniciativa privada, e está firmando uma operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é o PRODETUR Nacional, focado para o fomento à rede hoteleira na região metropolitana de Belo Horizonte.

Na área de segurança, o Sr. Barrence informou a preparação de uma carteira de projetos específicos para a região metropolitana como um todo por meio de parceria entre Prefeitura e Estado.

Indagado sobre a sustentabilidade do estádio e sobre o modelo de gestão compartilhada, o expositor explicou que esse modelo desoneraria o Estado em relação a um investimento muito alto num espaço curto de tempo. Assim, haveria uma concessão por 25 anos, pela qual o Estado pagaria esse investimento a longo prazo de acordo com o desempenho do concessionário. Por esse modelo, o parceiro privado assumiria o empréstimo do BNDES para a reforma do Mineirão, incluindo os equipamentos

O parceiro privado, para obter receitas além dos jogos, poderá explorar o espaço do Mineirão, que incluirá áreas Vips com restaurantes, espaços comerciais, lojas de clubes.

No tocante à melhoria do Aeroporto Internacional de Confins, o Sr. Barrence disse que, segundo a INFRAERO, para a realização da Copa do Mundo seria atendida apenas a necessidade primária que consiste na reforma do Terminal 1 e a construção, ao menos em parte, de um segundo terminal.

Quanto à transparência dos gastos pelo Estado, o representante mineiro disse possuir esse veículo de informação no portal eletrônico Estado para Resultados.

CURITIBA

Audiência em 20 de maio de 2010 na Câmara dos Deputados

Convidado: Alcidino Bittencourt Pereira – Secretário do Governador do Paraná, Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba e Substituto do Governador Orlando Pessuti, ex-Coordenador da Copa de 2014 no Paraná.

O convidado, que integra a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, região com 3,3 milhões de habitantes, disse, inicialmente, que há a preocupação com o legado das obras de mobilidade urbana na região metropolitana de Curitiba.

As obras de mobilidade urbana, segundo o convidado, representam investimentos em torno de R\$ 400 milhões, sendo que o Estado se responsabiliza por R\$ 229 milhões, além da contrapartida de 5% e das desapropriações, e a Prefeitura de Curitiba assumiria o restante.

Aduziu o representante paranaense serem de responsabilidade do Estado do Paraná as seguintes obras em execução na região metropolitana, estimadas em R\$ 229 milhões: a) corredor aeroporto-rodoviária; b) requalificação do corredor da Avenida Marechal Floriano; c) vias de integração metropolitana, para aliviar o congestionamento das vias radiais interregionais; d) corredor metropolitano, que é uma requalificação de algumas vias existentes e implantação de novas vias.

O corredor metropolitano constitui o maior projeto e tem 60 quilômetros de extensão, com previsão de uma pista de rolamento para o transporte coletivo.

Os projetos citados, segundo o Sr. Alcidino, já estão equacionados tecnicamente, “foram elaborados e aguardam a assinatura

do contrato com o Governo Federal, com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica, que é o agente financeiro”.

O Sr. Alcidino também confirmou informação repassada ao Deputado Sílvio Torres, que o investimento feito consiste em R\$ 12,5 milhões em projetos, pagos pelo Município e pelo Estado; R\$ 16,8 milhões em hospitalidade comercial, obras também com recursos do Estado e do Município; R\$ 15,6 milhões com complexo esportivo, afiliados comerciais, obras assumidas pelo Governo municipal; e R\$ 1,7 milhão com barracas gastronômicas e voluntárias.

Quanto ao Estádio, o Sr. Alcidino ressaltou que as obras da Arena da Baixada constituem ponto delicado pelo fato de o estádio ser particular, já que pertence ao Clube Atlético Paranaense. Por esse motivo, afirmou que o Estado e a Prefeitura não colocarão recursos nessas obras e, portanto, não haverá subsídio a entidade privada nem doação para o clube que assumiu compromisso.

O BNDES exige, para obter empréstimo, que a iniciativa privada dê garantias reais, ou seja, tem de oferecer patrimônio próprio. A conclusão corresponde a 30% das obras previstas e não há recursos para isso. Por outro lado, o Clube não quer assumir dívida e tenta buscar parceria com a iniciativa privada.

O Atlético já investiu em torno de R\$ 400 milhões no estádio. No entanto para a conclusão da arena, segundo o caderno de encargos estabelecido pela FIFA, seria necessário investir mais R\$ 138 milhões. De acordo com o representante paranaense, com a desoneração fiscal (da União, Estado e Município), esse montante pode reduzir-se para R\$ 90 milhões. O clube se compromete a arcar com até R\$ 30 milhões. Portanto, o impasse para a conclusão da obra se refere a R\$ 60 milhões.

Sr. Alcidino, indagado pelo Deputado Sílvio Torres, afirmou haver o risco de Curitiba não sediar a Copa de 2014 por conta do referido impasse nas obras do estádio.

Um dos motivos apontados, pelo representante de Curitiba em audiência realizada nesta Subcomissão em 20 de maio de 2010³, para

³ Nota taquigráfica da audiência, p. 14.

postergação dos procedimentos licitatórios está ligado ao atraso na assinatura dos contratos de empréstimos (CEF e BNDES). Segundo ele, sem a garantia de recursos há um risco muito grande em publicar editais de licitação.

No tocante à promoção do turismo, o convidado paranaense ressaltou a importância de Foz do Iguaçu com pólo turístico nacional.

RECIFE

Audiência em 20 de maio de 2010 na Câmara dos Deputados

Convidado: Ricardo Leitão – Secretário da Casa Civil de Pernambuco e Coordenador do Comitê da Copa de 2014

O representante da cidade-sede de Recife, Sr. Ricardo Leitão, explicou, em audiência a esta Subcomissão, na Câmara dos Deputados, em 20 de maio de 2010, que será construído um novo estádio, em São Lourenço da Mata, numa área limite com Recife, mediante parceira público-privada (PPP), modelo que possui liberação de licença ambiental mais simplificado. A arena, concebida arquitetonicamente para também receber *shows* de grande porte, terá 46 mil lugares.

A licitação para a implantação da arena foi vencida por um consórcio liderado pela Construtora Norberto Odebrech, associada a um grupo internacional de operação de arenas multiuso, a International Stadia Group – ISG. O grupo, sediado na Europa, opera estádios sediados na Inglaterra, nos Estados Unidos, entre eles o Estádio de Wembley e outros do mesmo porte. Ao todo, três empresas integram o referido consórcio – a Construtora Norberto Odebrech, a Norberto Odebrecht Imobiliária e a ISG.

De acordo com o Sr. Leitão, o custo desse projeto, inicialmente orçado em R\$ 529 milhões, com as deduções fiscais asseguradas pelo Governo do Estado e pelos Municípios envolvidos, reduziu-se para R\$ 464 milhões – 25% de recursos próprios e 75% tomados do BNDES pelo

empreendedor. A cessão do terreno onde será construída a arena constitui a contrapartida do Governo do Estado.

O terreno está desocupado e possui 270 hectares, sendo que 50 hectares destinar-se-ão ao estádio e aos equipamentos periféricos à arena – estacionamento, área de feiras, área de *fan fest*, área de *broadcasting*. Os demais 220 hectares estão reservados para a construção de 9 mil unidades habitacionais pelo mesmo consórcio responsável pela arena, cuja parte do lucro da venda será utilizada pelo Governo do Estado para dedução da contrapartida pecuniária de que é obrigado a dar na PPP da arena. A estimativa inicial do resultado líquido na operação do projeto habitacional é de 30 milhões.

A licitação envolveu a arena e o projeto habitacional. No entanto a PPP é exclusiva em relação à construção do estádio e à concessão de sua gestão por 30 anos.

O consórcio vencedor também terá a concessão para operar o estádio por 30 anos, ficando como “único responsável pela viabilidade econômica da arena e pela garantia dos conteúdos que serão ofertados ao público ali”, conforme ressaltou o Sr. Ricardo Leitão. Passado o prazo de concessão, a arena será incorporada ao patrimônio do Governo de Pernambuco.

No tocante às obras vinculadas à Copa de 2014, o expositor mencionou a do Aeroporto do Recife, para ampliação de sua capacidade anual de 5 milhões para 7 milhões de passageiros, a qual deixará o aeródromo com folga para as demandas da Copa. Ainda na área de infraestrutura aeroportuária, o representante pernambucano citou a obra no terminal de passageiros do Porto do Recife com vistas ao recebimento de transatlânticos para suprir a carência de hospedagem em área próxima à arena durante o evento em questão.

Em relação à mobilidade urbana, o Senhor Leitão destacou as obras em execução de duplicação da BR-408, que passa ao lado do terreno, do corredor norte-sul, que corta a região metropolitana no sentido norte-sul, e as do corredor leste-oeste, que cruza no sentido inverso. Todas essas obras serão financiadas pela Caixa Econômica Federal.

O projeto de Pernambuco possui um conceito de projeto metropolitano, o qual utiliza a arena com o propósito de induzir o reordenamento metropolitano com atração de investimentos para o lado oeste da região metropolitana, explicou o representante pernambucano.

Quanto à área de segurança, turismo e telecomunicações, o Sr. Leitão disse que falta negociar com o Governo Federal. No entanto, salientou que os respectivos projetos estão sendo elaborados.

O convidado comentou ainda sobre um programa de segurança desenvolvido em seu Estado, desde março de 2007, chamado Pacto pela Vida. O programa, que envolve todos os órgãos de segurança no Estado bem como ações de prevenção e repressão, estabeleceu como meta a redução anual de 12% dos crimes mais perigosos - homicídio, seqüestro, roubo de banco, estupro, crime hediondos - em Pernambuco. A meta de redução tem sido alcançada de forma cumulativa, segundo o Senhor Leitão.

Nessa audiência destacou-se também que as drogas, notadamente o *crack*, têm sido um grande risco para a segurança e para outros setores como a saúde pública.

No que tange à organização dos trabalhos, o representante de Recife afirmou que o Estado de Pernambuco criou um Comitê da Copa do Mundo, com a presença de aproximadamente 20 órgãos estaduais que possuam vínculo com os projetos da copa; 2 Prefeituras Metropolitanas, a de Recife e a de São Lourenço da Mata, em cujo território será construída a arena (numa área limite com Recife); e órgãos federais que têm relação com o projeto da Copa no Estado, como a CBTU, a INFRAERO, a Polícia Federal, o IBAMA. Aduziu o expoente que futuramente o Comitê deve ser subdividido, a exemplo do que sucedeu ao Comitê Federal, que é coordenado pelo Ministério do Esporte.

O pleno Comitê se reúne a cada mês. Além disso, a cada semana uma comissão executiva se reúne para acompanhar as obras.

O Sr. Leitão apontou que, na data da audiência, contabilizava-se, em seu Estado, 72 projetos relacionados à Copa do Mundo, em todos os

níveis, incluindo execução de obras viárias e elaboração de planos para serviços, na área de segurança, de bombeiros, de turismo.

Em relação à rede hoteleira, o expoente informou que a cidade de Recife possui um déficit de 14 mil leitos correspondente à demanda estimada da Copa. Todavia, ressaltou o registro na Secretaria de Turismo do Estado de 7 projetos de novos hotéis de padrão econômico, para porte de torcedor.

RECEITA FEDERAL

Audiência em 27 de maio de 2010 na Câmara dos Deputados

Tema: Projeto de Lei que trata das isenções fiscais exigidas pela FIFA para realização da Copa do Mundo de 2014

Convidados: Fernando Mombelli – Coordenador Geral de Tributação, em substituição a Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal e Augusto Carlos Rodrigues – Chefe da Divisão de Estudos Jurídicos Tributários e Articulação de Assuntos Estratégicos, em substituição a Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal

Em audiência realizada nesta Subcomissão, em 27 de maio de 2010, os convidados da Secretaria da Receita Federal estimaram que a União deixará de arrecadar R\$ 900 milhões em tributos federais, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015, para a realização no Brasil da Copa das Confederações da Fédération Internationale de Football Association - FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

Do total, R\$ 340 milhões se referem a deduções fiscais nas obras dos estádios e R\$ 560 milhões às demais operações concernentes aos sobreditos eventos, ilustrou o Coordenador de Tributação.

A renúncia fiscal, objeto do Projeto de Lei - PL nº 7.422, de 2010, corresponde aos Impostos de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre a Renda, IOF, contribuições sociais, taxas, dentre outros tributos.

A medida constitui efetivação de compromissos assumidos pelo Governo Federal junto à FIFA e estão consubstanciadas em 11 Garantias propostas pela FIFA como pré-requisito para a candidatura do País para sediar os eventos em comento.

O PL 7.422/10 visa atender as Garantias nº 3 (Tarifa alfandegária e impostos de importação), nº 4 (isenções fiscais gerais) e nº 7 (procedimentos relativos à imigração, alfândega e *chek-in*).

O benefício tributário contempla a FIFA e pessoas jurídicas e físicas, cujas operações estejam relacionadas com atividades essenciais à organização e à realização das referidas competições, e não alcança rendimentos e ganhos de capital em operações financeiras ou alienação de bens e direitos, destacou o representante da Receita Federal. Direitos sobre a transmissão (TV, rádio etc) também não terão isenção. A isenção atinge somente a Emissora Fonte da FIFA, que captará as imagens básicas e complementares dos eventos para vendê-las no Brasil e no exterior.

Os expoentes apontaram ainda que a proposição legislativa fixa quais instituições, atividades, competições, empresas e eventos serão alcançados pela norma. Aduziram sobre a possibilidade de a FIFA criar no Brasil subsidiária integral, a “FIFA no Brasil”, para conduzir os trabalhos relacionados com a organização e a realização das duas competições, a critério da entidade suíça.

De acordo com os convidados da Receita Federal, a desoneração tributária, que é o componente central do projeto de lei, prevê determinados procedimentos aduaneiros e isenção de tributos incidentes sobre as importações relacionadas à organização e realização dos Eventos. Poder Executivo mantém a prerrogativa de estabelecer limites e condições ao gozo do benefício. A proposta trata ainda das isenções de tributos internos em favor de pessoas jurídicas envolvidas no contexto das competições em tela bem como do tratamento a ser dispensado a pessoas físicas não-residentes (com visto temporário) que trabalharem nos Eventos, no tocante à remuneração e remessas para o exterior dos rendimentos auferidos em razão desse trabalho. A norma também isenta do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF os voluntários que trabalharem nos Eventos, durante a realização das competições, quanto

aos benefícios indiretos por eles recebidos até o valor de cinco salários mínimos por mês.

Na audiência, os convidados discorreram que a norma de isenção também contribui para o incentivo ao produto nacional na medida em que desonera da tributação indireta a aquisição de produtos produzidos no Brasil bem como a venda desses bens à FIFA, à subsidiária da FIFA no Brasil, à Emissora Fonte da FIFA.

Além de isenções, projeto de lei atribui responsabilidades e obrigações aos beneficiários, como a saída do país ou a doação à União ou entidade de interesse público de bens contemplados pela desoneração tributária.

Em relação às 12 arenas para sediar o evento, os expositores explanaram sobre a instituição, pela proposição, do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de Estádios de Futebol a serem utilizados nas partidas oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014 - RECOM.

O referido regime suspende a exigibilidade da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Importação - II, sobre as operações de importação e venda de máquinas, equipamentos, materiais de construção e serviços, quando importados ou adquiridos por pessoas jurídicas beneficiárias e destinados a construção, ampliação, reforma ou modernização dos estádios de futebol a serem utilizados nas partidas oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014.

O Deputado Sílvio Torres questionou que a demora na aprovação do projeto de lei em comento, sobretudo em ano eleitoral, pode atrasar as obras dos estádios.

No tocante à desoneração fiscal no âmbito dos municípios, os representantes da Receita Federal ressaltaram o encaminhamento pelo Poder Executivo do Projeto de Lei Complementar nº 579, de 2010, dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à FIFA e a outras

peessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

Por fim, no âmbito estadual, os convidados disseram que a concessão de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS dependeria dos Estados e do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Nesse íterim, cumpre a esta Relatora observar que já foi firmado o Convênio ICMS nº 108, de 26 de setembro de 2008. O referido Convênio autorizou os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção do ICMS nas operações com mercadorias e bens destinados à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios a serem utilizados na Copa do Mundo FIFA 2014.

No entanto, a efetividade dessa norma depende da desoneração de tributos federais, posto que a cláusula segunda do mencionado Convênio determinou que o benefício fiscal estadual somente se aplica às operações que, cumulativamente, estejam contempladas com isenção ou tributação com alíquota zero pelo II ou IPI bem como com desoneração da Contribuição para PIS/PASEP e da COFINS.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Tema: Mobilidade urbana para a Copa do Mundo de 2014

Audiência realizada em 29 de abril de 2010 na Câmara dos Deputados

Convidados: Ministro das Cidades, Marcio Fortes.

As exigências que a FIFA faz ao país-sede da Copa do Mundo têm por objetivo maior garantir que os estádios onde os jogos da competição serão disputados atendam as recomendações da entidade, que sejam concedidas generosas isenções fiscais à entidade e aos seus parceiros, que os hotéis necessários às delegações ofereçam um padrão de qualidade superior e que o trânsito dos veículos oficiais que servem as

equipes, os árbitros, os oficiais e os dirigentes do futebol mundial flua com total facilidade.

Quanto à mobilidade urbana das cidades-sedes onde o megaevento esportivo se realiza é de total responsabilidade dos governos locais. Sejam eles federal, estaduais ou municipais. No Brasil, não é diferente. Compete ao Estado brasileiro, por intermédio dos seus diversos níveis Executivos, solucionar os problemas que atravancam o trânsito e que dificultam aos cidadãos locomover-se nas cidades.

Para explicar à sociedade quanto deverá ser gasto para solucionar o gargalo da mobilidade urbana no país, em virtude de o governo federal ter assumido o compromisso, juntamente com a Confederação Brasileira de Futebol, de organizar a Copa de 2014, o ministro das Cidades, Márcio Fortes, compareceu, no dia 29 de abril de 2010 à audiência pública conjunta realizada pela Comissão de Turismo e Desporto e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para debater a matéria.

Depois de deixar claro que “no âmbito do nosso ministério temos área específica de atuação em relação à copa do Mundo: a mobilidade urbana”, o ministro Márcio Fortes abordou a questão que lhe fora colocada pela presidente da Comissão de Turismo e Desporto, deputada Professora Raquel Teixeira a partir de pergunta a ele próprio encaminhada: “Márcio, você tem compromissos com a FIFA, por exemplo, em relação às obras de mobilidade?”.

Em resposta ao auto-questionamento, informou aos deputados presentes à audiência pública: “No caso do estádio, exige compromisso expresso quanto à conclusão das obras, tanto que o ministro (do Esporte) tem falado da importância de começar logo a atender aos cronogramas da FIFA para não haver preocupação quanto à corrida no final, para o término das obras”.

E prosseguiu: “Quando anunciamos o chamado PAC da Copa, dois temas foram colocados basicamente: a questão do estádio e a mobilidade, o que deu a entender que a mobilidade estivesse dentro desse compromisso”, e teve, a esse respeito, a preocupação de ressaltar: “Mas não é bem assim. Temos o compromisso de mobilidade com a

população, com a sociedade, com nós mesmo, com o Executivo, com o Legislativo”.

Abordou, então, o tema projetos: “O cronograma pode estar apertado. É sempre a regra da engenharia, quem é engenheiro sabe disso. Se acontece alguma coisa durante a obra, damos uma solução. Aquela obra é crucial para deslocamento da torcida, deslocamento do turista para chegar ao estádio. Tivemos o cuidado de selecionar quais eram as obras prioritárias dentro do cronograma, inclusive trocando modal, se houve algum risco”.

Dedicou-se Fortes a tentar exemplificar o método de trabalho do Ministério das Cidades em relação às obras: “Posso dar o caso concreto de Porto Alegre, porque veio a discussão sobre o metrô daquela cidade. O tema é importante. Vai sair metrô ou não? Importante também saber se a solução de dois BRTs (Transporte Rápido sobre Rodas) traria o conforto de se ter o deslocamento da população e dos torcedores, com a garantia de que a obra estivesse pronta a tempo”.

Enfatizou o ministro que “o cronograma foi um detalhe fundamental na seleção dos projetos. Partimos do princípio de que o compromisso é nosso” ... “Pensamos, calor, no primeiro ponto que tivesse envolvimento entre deslocamento da arena, que é o local da competição, para a rede hoteleira, a rodoviária, o aeroporto, o porto, quando for o caso. Temos de ter o deslocamento entre esses pontos de referência”. E enfatizou: “Há prazos que não são curtos. As obras, justamente nessa área, têm prazos longos, de acordo com o modal que for ser colocado. Para um VLT ou um BRT longo, tem de haver muitas obras”.

A complexidade da questão de mobilidade urbana foi reconhecida por Márcio Fortes, ao deixar claro que “tem de se pensar no atendimento hospitalar e na segurança, por exemplo, só para citar dois pontos. Também estão merecendo exame nas áreas respectivas, mas o nosso caso aqui é de obra, e para obra tem de haver muito cuidado”... “Temos de ter o acompanhamento diuturno para que tudo seja apresentado a tempo e a hora”.

De acordo com o Ministro das Cidades, outro motivo de preocupação em relação aos gastos públicos para organizar a Copa é o

legado: “Não basta eu pensar num modal que seja excelente para o resolver o problema da Copa e ele ser deficitário. Todos vão correr atrás de um subsídio tarifário. Mais um problema. A operação tem de ser redonda do ponto de vista do pós-Copa”.

Convergiu, a respeito do legado da mobilidade urbana, para o legado que se pretende em relação aos estádios: “Tem de haver garantia de que no pós- Copa, com uma pequena tradição futebolística, haverá ocupação do estádio sempre aos fins de semana, e não haverá um esqueleto sem uso. Poderá haver um misto para utilização de eventos culturais”.

Retornou, de imediato, à questão da mobilidade urbana: “Em nosso caso, tem de haver cronograma, tem de servir ao legado e ter uma operação também eficiente. Por conta de quem fica a operação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou de um Transporte Rápido sobre Rodas (BRT)? Seria da municipalidade? Serai do governo do Estado? Seria concessão? Há também os investimentos. Quem teria o encargo de fazer a obra? Quem teria o encargo de disponibilizar o material rodante? Esse é outro detalhe”.

Não foram suficiente essas precauções, no entanto, em relação ao encaminhamento dos gargalos existentes em matéria de mobilidade urbana, como afirmou Fortes, na medida em que foi imprescindível verificar “a capacidade de endividamento de cada sede”, porque “apareceram muitos projetos. Existem projetos de várias naturezas, projetos mais simples, projetos mais complexos, projeto que podem ser às vezes não faraônicos, mas imponentes, e às vezes não seria necessária a sua realização”.

Na senda de explicar o que e como será feito, o ministro salientou: “Estou colocando apenas alguns pontos de diferença para dizer porque foi anunciado junto com o PAC da Copa, dos estádios, o PAC da Copa, da mobilidade. Há prazos que não são curtos. As obras, justamente nessa área, têm prazos longos, de acordo com o modal que for ser colocado”.

As preocupações do governo federal com a organização da Copa de 2014 são tantas que o ministro das Cidades fez uma digressão para

temas distantes de sua área de competência, ao observar, também, que “tem de se pensar no atendimento hospitalar e na segurança, por exemplo, só para citar dois pontos”.

Feita a digressão, Fortes retornou ao foco do trabalho do Ministério das Cidades: “Apenas como referência, os senhores sabem que os projetos apresentados totalizaram algo em torno de R\$ 11,4 bilhões para as 12 cidades-sedes. Vão me perguntar: “Você vai financiar tudo?”. E esclareceu: “Não” ... “Esse programa de apoio é de financiamento, a partir do Pró-Transporte, usando recursos do Fundo de Garantia, já com orçamento definido e com o voto do Conselho Monetário para excepcionalização, a fim de permitir a utilização desses recursos”.

Para disponibilizar os recursos, informou Fortes, “tivemos de ver de um lado a capacidade de endividamento para que os projetos fossem aprovados”, porque, segundo ele, “não adianta eu achar que um projeto de R\$ 5 bilhões ou de R\$ 10 bilhões vão ser apresentados, e o ente não ter capacidade além de R\$ 1 bilhão”.

Realizado o pente fino, do total disponível, comunicou o ministro, “disponibilizamos recursos do Fundo de Garantia, totalizando R\$ 7,6 bilhões”, e prosseguiu explicando a operação: “Quando anunciamos que trataríamos de algo em torno R\$ 5 bilhões, fizemos uma referência. Alguns pensaram que iríamos dividir R\$ 5 bilhões por 12. Não é bem assim”.

Segundo o ministro das Cidades “tínhamos de ver quais eram os problemas que haveriam na cidade. Por exemplo, uma cidade com menor população poderia ter um problema muito maior do que uma cidade com maior população”... “Tínhamos de ver qual era o problema no deslocamento dos torcedores, da torcida e da população local”... “Por isso, há valores bem diferenciados entre as cidades-sedes, não tendo nada a ver essa relação com população, nem com esse divisor por 12”.

O deputado Sílvio Torres, quando o ministro abordou a questão dos valores disponíveis, tocou no tema contrapartida, ao que Fortes explicou: “A regra básica seria 5% a contrapartida”. E citou casos concreto, como os de Fortaleza, Natal, Porto Alegre e Brasília: “São 5%, redondo, que seria a regra do Fundo de Garantia. Mas quem já tem outra linha de

financiamento não precisa tomar esse financiamento”, e dirigindo ao deputado Sílvio Torres, garantiu que “os valores são diferenciados da contrapartida”... “A diferença, claro, é sempre a contrapartida de alguma origem: da própria existência de 5% ou de outra linha que já vinha, ou até do próprio ente de já ter algum investimento programado com o Orçamento Geral da União” ... “Pode ser alguma coisa desse tipo”.

Márcio Fortes tocou, então, no tema valores: “R\$ 1,190 bilhão foram aprovados no caso do Rio de Janeiro. São Paulo, um caso concreto: R\$ 2,680 bilhões. Veja que São Paulo tem já o complemento da operação com outro financiamento. No caso de Fortaleza, é justo nos 5%. O que temos de acompanhar aqui, na verdade, agora, é a apresentação das propostas, o que já está ocorrendo”.

No exato dia em que a audiência pública com o Ministro das Cidades realizou-se, a situação das cartas-consultas, o quadro, segundo ele, era o seguinte: “Falta a de Porto Alegre; as outras estão sendo entregues no princípio de maio: Salvador está prevendo entregar até o dia seis; Natal, na primeira semana de maio; Cuiabá, também na primeira semana de maio. São essas as quatro situações, sendo que Cuiabá, Salvador e Natal entregarão ao Ministério ou à Caixa na primeira semana de maio, e Porto Alegre vai entregar hoje”.

Ainda em relação a esse assunto, o ministro informou que “Recife entregou no dia 27 de abril; Curitiba deve ter entregue ontem, dia 28; São Paulo entregou no dia 23; Salvador vai entregar até o dia 6 de maio; Natal, na primeira semana de maio; Manaus entregou no dia 20 de abril; Fortaleza entregou no dia 27 de abril; Brasília deve ter entregue ontem (28 de abril); e Belo Horizonte entregou no dia 22 de abril. No caso de Manaus, foi entregue somente a carta-consulta relativa ao BRT”.

Apesar de, segundo o próprio ministro, sua pasta estar tratando, em relação à Copa de 2014, especificamente da questão de transporte, de acordo com ele “é claro que atuamos no país inteiro, com os termos de habitação, saneamento e urbanização de assentamentos precários”.

Relacionou o ministro, em seguida e com brevidade, o perfil dos projetos, para observar que “na seleção, tínhamos de verificar se realmente havia o projeto ou se era idéia, desejo ou sonho”... “Tudo tinha

de estar ordenado: previsão, projeto básico, projeto executivo. E, mais do que isso, tínhamos de ver o andamento da questão ambiental, se havia solicitação de autorização ou não”.

Não deixou o ministro de prever naturais problemas com o andamento das obras, em virtude de ocorrências as mais diversas, que vão desde evento ambientais até disputas judiciais em torno de heranças: “Então, temos muitos motivos para paralisar obras, todos respeitáveis. A regra é que sempre haverá atrasos ou pela própria obra ou por fatores que aparecem na condução da mesma”... “Agora, vamos acompanhar toda a discussão relativa ao andamento dos projetos básico e executivo, para que tudo seja realizado a tempo e a hora”.

Encerrada a exposição do ministro, a presidente da Comissão, deputada Prof. Raquel Teixeira, passou a palavra a esta relatora. Perguntamos ao Ministro sobre as obras escolhidas como cruciais.

“O PAC da Copa não foi feito para resolver todos os problemas de mobilidade das cidades”, informou o ministro, “e sim para atender as necessidades de deslocamento durante os dias dos jogos, com a preocupação de que pudesse haver sustentabilidade depois da Copa, para evitar o deslocamento de um modal vazio”. E prosseguiu: “Qualquer modal que estamos apoiando possui as características que apresentei: todos são importantes e cruciais em maior ou menor extensão”

Insistimos em saber do ministro se o valor de R\$ 11,4 bilhões referia-se, única e exclusivamente, à mobilidade urbana. E Ministro respondeu que “Sim”.

Ainda quisemos saber qual o valor total do PAC da Copa. O ministro respondeu que : “Para cada estádio foi estabelecido o teto de R\$ 400 milhões” ... “Existem impactos econômicos projetados, não propriamente investimentos, de que a Copa terá repercussão civil de R\$ 23 bilhões em infraestrutura e R\$ 10 bilhões em serviços”... “Isso equivaleria, mais ou menos, a construir 24 mil quilômetros de estradas, ou seja, 50% das rodovias federais”.

Sem precisar exatamente sobre os valores que o governo gastará com o PAC da Copa, o ministro das Cidades derivou pelo setor de

viagens e lazer: “Em investimentos no turismo, com a repercussão do evento, esperamos ter 600 mil turistas estrangeiros e três milhões nacionais. Isso corresponde, em números, a dois terços da população do Rio de Janeiro. Em termos de empregos permanentes e temporários, serão gerados aproximadamente 700 mil. Espera-se o incremento do consumo de R\$ 5 bilhões, o que é um terço, por exemplo, das vendas de geladeiras no Brasil”.

Insistimos no ponto sobre a hipótese de atrasos que comprometeriam a entrega das obras, ao que Márcio Fortes esclareceu que, em matéria de mobilidade, as obras não têm que necessariamente ficar prontas em todas as cidades, porque os jogos da Copa das Confederações não se realizarão em todas as 12 cidades-sedes.

Em virtude desse fato, Márcio Fortes salientou que “o nosso cronograma é para que esteja tudo pronto em 2013. Apesar de não ter compromisso com a Fifa, estabeleci que tudo deveria estar pronto em 2013, já pensando na Copa das Confederações”. Mas enfatizou que o compromisso dele “é com 2014, por isso, demos um ano de antecedência em quase todos os casos, para termos as obras concluídas”.

Em seguida, o deputado Sílvio Torres, dirigiu-se ao ministro Fortes. Criticou a lentidão que caracteriza a organização do evento. Fez carga na questão aeroportuária, salientando que “não dá para imaginar que possamos realizar a Copa sem que eles (os aeroportos) estejam adequados ao fluxo hoje estimado de turistas, 600 mil estrangeiros e cerca de 2,5 milhões nacionais”.

Depois, voltou-se para o tema mobilidade urbana: “Temos aqui o levantamento enviado pelo próprio Ministério das Cidades, sobre a Matriz de Responsabilidade efetivada em janeiro deste ano”... “Basta olhar o cronograma previsto para se constatar que 90% dele está, para usar a expressão popular, furado, porque as obras estavam previstas para terem início em abril, maio ou junho, mas as cartas-consultas estão chegando agora”.

Em seguida, interessou-se pelo o trem-bala. Quis saber do ministro se está totalmente descartado das previsões do governo para a

Copa de 2014 ou mesmo para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Sobre recursos alocados por intermédio de financiamentos, perguntou quais garantias serão dadas? E quanto à capacidade de endividamento, perguntou se os estados e os municípios têm condições de assumir esse endividamento ou se o governo enviará algum projeto de lei ou medida provisória para flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para atender as necessidades.

A meio do interrogatório, comunicou ao ministro sobre o fato de queixas constantes estarem a ser feita sobre a burocracia da Caixa Econômica Federal no tocante às liberação de recursos, e perguntou se “a CEF está em condições de dar a fluência necessária a essas demandas?”.

Quanto ao quesito gastos do governo federal, o deputado Sílvio Torres recordou que “a ABDIB fez diagnóstico, me parece, com base em 2008, por meio de convênio com o Ministério do Esporte a Confederação Brasileira de Futebol, levantando que chegavam a até R\$ 100 bilhões os investimentos necessários para a Copa. Os estudos da ABDIB foram aproveitados na elaboração dessa Matriz de Responsabilidade pelo Ministério?”.

Para encerrar sua bateria de perguntas, o deputado demonstrou preocupação com o fato de virem a ser as cidades-sedes da Copa das Confederações definidas somente em 2012, “o que”, ressaltou Torres, “significa que todas as obras já previstas terão de ser feitas...”, e arrematou: “Isso também não pode ser fator de mais preocupações, na medida em que não poderá haver furos, digamos assim, em nenhum cronograma?”

O ministro das Cidades, para esclarecer os questionamentos do presidente da Subcomissão, declarou que “estamos na situação de acompanhar e definir as obras logo no início. Temos a responsabilidade de atuar nisso” ... “de maneira muito forte, nas áreas de habitação e saneamento e temos a vertente de mobilidade urbana, no que diz respeito a metrô. Então, como já temos tal responsabilidade, não há nada de novo em continuarmos nisso”.

A respeito da atuação da CEF, Fortes assegurou que a instituição “vem se adaptando a cada necessidade, porque ela atende a “N” ministérios, tem uma quantidade brutal de convênios nas áreas de habitação e saneamento, entre outros. No caso do Minha Casa, Minha Vida, ela se reestruturou e colocou lá um grupo específico para atender ao programa, o que está sendo feito também para a Copa, com uma área específica lá para analisar os projetos”.

Sobre o risco de atrasos, o ministro das Cidades garantiu que “nós analisamos os projetos para o Ministério, e os estamos recebendo e vamos dar-lhes o máximo de agilidade, que isso é responsabilidade nossa e sabemos lidar com isso. Vamos correr com a análise e liberação daquilo que nos for apresentado”.

Quanto ao que está sendo investido, Forte informou que “o PAC começou com R\$ 3 bilhões e esse valor foi crescendo. Para cada metrô temos investimentos que crescem, porque pela operação em si que vamos constatando o que é necessário fazer”. Reportou-se, em seguida, ao que nominou de “momento seguinte”, referindo-se ao PAC da mobilidade em si, que segundo ele terá “os R\$ 18 bilhões que mencionei, fora outros recursos para pavimentação, não incluídos na mobilidade urbana”.

Torres, ao longo de sua inquirição, perguntara se as obras destinadas a organizar o país para a Copa de 2014 seriam realizadas caso o Brasil não conquistasse o direito de hospedar o evento. O ministro das Cidades desse que “no PAC 1 privilegiamos habitação e saneamento. Em todos os casos, havia também preocupação com acessibilidade, porque não adiante melhorar um assentamento se não lhe der condição de acesso, principalmente infraestrutura de água e esgoto, mas eletricidade e transporte também sempre receberam apoio”.

Quanto ao transporte, Fortes afirmou que “foi estabelecida fortemente agora no PAC 2, com esses R\$ 18 bilhões que estão sendo alocados para metros, VLTs, BRTs, com preferências para os BRTs ou para fazer obras viárias. E também houve a adição do chamado PAC do asfalto, com mais R\$ 6 bilhões”.

Perguntou, então, o deputado Sílvio Torres ao ministro se ele, por acaso, saberia quanto do total de R\$ 11,6 bilhões serão aplicados este

ano. O ministro foi singelo: “Eu não tenho esse dado, porque os cronogramas estão sendo apresentados agora”.

A respeito dos gargalos no setor aeroportuário, o ministro das Cidades observou que “a responsabilidade direta é do Ministério da Defesa, por meio da INFRAERO”, para, em seguida, pontuar: “Estádio é questão do Ministério do Esporte, hotel é questão do Ministério do Turismo, aeroporto e porto têm seus responsáveis. Vejam que não é só aeroporto: o Secretário de Portos está envolvido com isso também, porque ele tem uma série de obras em várias cidades que têm porto e podem não só receber passageiros, mas também ajudar na hotelaria”.

Focalizou Sílvia Torres, a partir da abordagem feita pelo ministro do tema navios de cruzeiros, a questão de a Copa de 2014 acontecer durante o verão no hemisfério norte, o que inviabilizaria a vinda de transatlânticos de passageiros para o Brasil, conforme prevê, inclusive, a ABREMAR.

O ministro rebateu que: “O que dita isso é o mercado; se há mercado, eles poderão trazer os navios para cá. Certamente, se houver interesse, eles poderão trazê-los”...“De modo que estamos investindo forte nos portos exatamente com o fim de dispor de melhores terminais de passageiros ou de construir novos terminais de passageiros em várias cidades”.

Deixando a questão dos portos de lado, o ministro Mário Fortes atentou para o tema garantias: “Cada caso é analisado pela Caixa, ou seja, é questão operacional que não tem nenhum mistério”. O que motivou o deputado a perguntar se “o governo federal não está garantindo?”

“Não, nós não garantimos”, disse, e agradeceu a Torres pela pergunta, observando que “existe sempre um grande equívoco quando se publica nos jornais que a obra está atrasada, que o Ministério das Cidades é responsável pela obra”. Segundo ele, “nós somos responsáveis pela política, pela destinação dos recursos, que podem ser do Orçamento Geral da União, e pelo controle do Fundo de Garantia. Nós

acompanhamos a execução. Mas, na ponta, é o tomador, o município ou o governo do estado, que toma o recurso e faz a licitação”.

Quanto à hipótese de faltar dinheiro, Forte repeliu a possibilidade: “Não faltará dinheiro, porque esse recurso está definido no Fundo de Garantia. Nós temos já a excepcionalização do Conselho Monetário e o Fundo de Garantia existe, está disponível”... e está “garantido”.

Interessou-se o deputado Sílvio Torres em saber o que acontecerá no caso de os custos das obras aumentarem. Fortes respondeu: “Se aumentarem, a responsabilidade é local”.

Sobre o levantamento feito pela ABDIB, o ministro das Cidades admitiu que o documento “foi referência” na medida em que ele “dizia mais ou menos o que seria necessário para mudar toda a cidade e transformá-la adequadamente às necessidades de todos”... “A ABDIB fez um estudo muito bom, complexo e abrangente. Refere-se até à quantidade de táxis, bem como questões de segurança e mobilidade. Ele foi levado em consideração e foi referência importante para identificarmos os problemas mais sérios nas cidades e evitar que incluíssemos ações não prioritárias”... “Então a ABDIB fez um retrato do que é preciso fazer”.

Sobre o trem-bala, informou Fortes que “o Ministério das Cidades não participa especificamente, por se tratar de trem intermunicipal ou interestadual” ... “Eu tenho acompanhado o assunto, mas especificamente eu não participo do grupo. Sei que consta do PAC 2”... “Mas quanto aos cronogramas, confesso que não os tenho”.

Dedicou-se, então, às preocupações com a Copa das Confederações: “Eu disse aqui que não temos nenhum compromisso de prazo, mas temos compromissos com nós mesmos. Ou seja, como eu disse em minha explicação, coloquei um ano de antecedência para tudo estar pronto para a Copa das Confederações”... “Vamos correr com todas as obras”... “Ver quais são as cidades que serão indicadas pela FIFA para serem as sedes desses jogos, que são poucos”.

A audiência pública conjunta continuou. O deputado Felipe Bornier, respondendo pela direção dos trabalhos, mencionou o fato de Rio de Janeiro ainda sofrer muito em relação ao legado dos Jogos Pan-Americanos, disse que “não podemos perder essa oportunidade de fazer com que não somente a Copa de 2014 mas também os Jogos Olímpicos correspondam realmente a essa expectativa que o cidadão vive hoje”, para concluir perguntando “se o Ministério tem algum plano emergencial para essas cidades na Copa do Mundo (caso ocorram enchentes em virtude de chuvas continuadas)”.

“O momento da Copa não é um momento de grandes temporais”, garantiu o ministro das Cidades, “mas, mesmo assim, temos investimentos em drenagem no Estado do Rio de Janeiro, seja na Zona Oeste seja na Baixada Fluminense, também com recursos liberados no ano passado”... “sem contar os que já tinham sido liberados anteriormente com a Secretaria de Meio Ambiente para a Baixada Fluminense, misturando despoluição e drenagem”.

Em virtude de o deputado Felipe Bornier ter citado a realização dos Jogos de 2016, Márcio Fortes, informou que “ontem (28/04/2010) tive uma reunião com o presidente da República. Falamos sobre Olimpíadas. Prestei informações, fiz uma exposição sobre os projetos do metrô, da saída de Ipanema até a Barra”... “O BRT da Transoeste, que seria um projeto da prefeitura e outro projeto que seria a ampliação da Lagoa da Barrar, duplicação do túnel e melhoria daquele escoamento com alguns mergulhões até chegar ao Humaitá. São legados que ficariam para a cidade, no caso da Copa e das Olimpíadas”.

E prosseguiu, informando que esses e também outros temas relativos ao Rio de Janeiro foram discutidos porque “não podemos errar. Já temos experiência do que aconteceu em 2007. Uma grande parte, na reta final, veio para o governo federal e nós queremos fazer com que as coisas andem bem e haja o compromisso, o compromisso que eu relembrei aqui. Na ponta, a prefeitura do grande estado que é responsável e, na ponta mesmo, quem vai fazer a obra é a empresa do setor privado. O dinheiro estará disponível, ou seja, a não ser por questão técnica que possa aparecer, não há motivo para atraso. Iniciada a obra, não deve haver

motivo para problemas, porque o dinheiro existe e o fluxo é de financiamento. Alguém pode dizer que está contingenciado, que não pode liberar, por hipótese de trabalho. É financiamento, dinheiro disponível do Fundo de Garantia, disponível mesmo”, enfatizou o ministro.

Antes que a audiência chegasse ao seu ponto final, o deputado Eugênio Rabelo perguntou a Fortes sobre a mobilidade urbana em Fortaleza: “Além do METROFOR, o que Vossa Excelência pode nos dizer, já que a cidade se encontra em um verdadeiro caos?”

Informou o ministro que há dois projeto em Fortaleza: de VLTs e de BRTs: “Temos o VLT Parangaba-Mucuripe, que vem da região hoteleira e vai parar em Mucuripe, entrosando-se com outros modais. Temos o BRT Corredor Norte/Sul”... “O valor total de investimentos alocado para Fortaleza é de R\$ 562 milhões. Estamos financiando R\$ 414 milhões e Fortaleza está entrando com 5% do valor final do projeto”.

Duas horas e sete minutos depois do seu início, a audiência pública conjunta das Comissões Turismo e Desporto e de Fiscalização Financeira e Controle terminou.

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Tema: Organização da Copa do Mundo de 2014

Audiência realizada em 29 de abril de 2010 na Câmara dos Deputados

Convidados: Ministro do Esporte, Orlando Silva Junior.

No dia 19 de maio de 2010, o Ministro Orlando Silva foi convidado a participar de audiência pública conjunta, realizada pelas Comissões de Desporto e Turismo e Fiscalização Financeira e Controle, sobre a situação dos estados que acolherão o evento.

O objetivo dos membros das duas comissões era: conhecer o planejamento orçamentário, a situação das obras dos estádios, o atendimento às exigências da FIFA para que a Copa de 2014 caracterize-se como ecologicamente correta, e o equacionamento dos gargalos que comprometem a infraestrutura aeroportuária do país.

O Ministro começou sua exposição levantando que hoje “é possível identificar investimentos diretos da ordem de R\$ 47 bilhões, sendo R\$ 23 bilhões de investimentos em infraestrutura civil, R\$ 10 bilhões em serviços de vários temas”. Em decorrência desses gastos, devem ser, pontuou ele, “R\$ 3,9 bilhões com o adicional de turistas internacionais que virão ao Brasil durante a Copa, sendo R\$ 5,5 bilhões de recursos com o adicional de quase três milhões de turistas nacionais e 600 mil turistas internacionais que circularão no Brasil durante a realização do evento. Isso produzirá um incentivo no consumo de R\$ 5 bilhões”.

Silva Junior prosseguiu em suas elucubrações sobre os legados financeiros que a Copa gerará: “A recirculação na economia produzirá poderoso impacto, que vai muito além dos R\$ 47 bilhões, porque cada investimento ativa cadeias produtivas, que geram recirculação de recursos da economia e gerarão somente de impostos para o Brasil algo em torno de R\$ 16 bilhões”.

Também em matéria de emprego o ministro do Turismo fez previsões. De acordo com ele, a Copa vai gerar “mais de 300 mil empregos permanentes de 2009 a 2014, e quase 400 mil empregos temporários, em 2014, serão gerados”. Observou, porém, que tais prognósticos constituíam apenas “um mero registro” e dispôs-se a oferecer, posteriormente, “o conjunto do estudo para análise, crítica, discurso e posicionamento”.

A seguir, comunicou aos parlamentares presentes que entraria, então, no foco para o convite recebido: o andamento das ações para a Copa.

Para prestar contas sobre o andamento da organização do Mundial do Brasil, Orlando Silva Junior retrocedeu ao dia 13 de janeiro de 2010, dia em que, no Palácio do Itamaraty, com a presença dos governadores dos 12 estados e de 11 prefeitos de cidades-sedes firmou-se um pacto com o governo federal, batizado de Matriz de Responsabilidades, que classificou de “ponto de partida central da preparação da Copa do Mundo no Brasil”.

A Matriz de Responsabilidades fixa as ações prioritárias para a Copa, as responsabilidades de cada ente governamental, os prazos definidos, os orçamentos que tais investimentos exigem para sua

efetivação. E somente com a formalização da Matriz, por parte de governadores e prefeitos, tornou-se possível liberar os recursos federais.

“Os responsáveis por cidades e por estados, junto com o governo federal, passaram a compor o que chamamos de Comitê de Responsabilidade, que faz monitoramento do cumprimento dessa Matriz, que é a base para o sistema de monitoramento dos investimentos para a Copa”, explicou Silva Junior.

Depois de insistir que o ponto de partida fundamental para a preparação da Copa de 2014 é a Matriz de Responsabilidades, que define atribuições, responsabilidades orçamentárias e cronogramas e de enfatizar que será “tudo ofertado à sociedade para que haja a possibilidade de fiscalização e acompanhamento, em tempo real, da execução desses investimentos”, o ministro assegurou que “foi feita uma opção de modelo de governança”.

O modelo privilegiou a criação de câmaras temáticas sobre os seguintes temas: infraestrutura, estádios, segurança, saúde, meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento turístico, promoção comercial e inovação tecnológica, cultura e educação, e transparência. Assuntos que serão coordenados, respectivamente, pela Casa Civil, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério do Meio ambiente, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Cultura e Controladoria-Geral da União.

Cada ministério terá a responsabilidade de coordenar subgrupos de trabalho, e as câmaras temáticas agregam-se, por temas, as representações das cidades-sedes e dos estados, todo esse universo sob a coordenação do Ministério do Esporte, conformando, como disse o ministro do Esporte, o “Comitê de Responsabilidade, com a participação das cidades, dos estados e do Comitê Interministerial”, que prepararão o “plano diretor ou estratégico, que será anunciado à sociedade brasileira, após a realização do Mundial de 2010, na África do Sul”. Encerrada a Copa da África do Sul na primeira quinzena de julho, nada foi divulgado a respeito.

Em relação ao monitoramento do processo de organização da Copa, o ministro afiançou que “está no ar, está rodando, está funcionando. Já fizemos o trabalho de capacitação de agentes locais, das cidades e dos estados, para alimentar esse sistema”.

Esse sistema permitirá, garantiu Silva Junior, conhecer em que fase se encontra, por exemplo, um empreendimento de mobilidade urbana de maneira minuciosa: se está em fase de consulta, de contratação, se a licitação está em curso, se foi feito o contrato, se foi realizada a mediação, se ocorreu o pagamento. Tudo para, como assegurou o ministro, “ter um mecanismo de monitoramento gerencial” para que se possa identificar dificuldades, atrasos e gargalos, permitindo, se necessário, adotar medidas antecipadamente, “antes de crises serem criadas por não cumprimento do que ficou estabelecido”.

Derivou, então, o ministro do Esporte para o capítulo específico das garantias oferecidas à FIFA: “foram 11 garantias firmadas pelo governo com a FIFA sobre vários temas, que vão desde mais simples” ... “até temas um pouco mais complexos que envolvem, por exemplo, matéria tributária”.

O ministro Orlando passou para a desoneração de tributos para a construção ou reforma de estádios. Observou que qualquer “medida desoneradora seria dispensável em função das alíquotas dos itens ligados à construção civil estarem praticamente zeradas e serem medidas de combate à crise e o impacto aqui seria diminuto”.

Mas salientou que “houve um processo”... “envolvendo o CONFAZ, secretaria municipais”.. “que, ao fim e ao cabo, permitiu a produção dessa desoneração para construção ou reforma das arenas”. Questão que, observou, “será objeto de projeto” a ser encaminhado ao Congresso para exame e aprovação.

Desembarcou do tema desoneração e aterrisou o ministro na matéria aeroportuária: “Esse é um assunto que rigorosamente não tem a ver com a copa do Mundo, mas com as necessidades do Brasil. Quem acompanha os dados do turismo sabe que o crescimento do turismo interno e do turismo internacional têm sido muito intenso no Brasil nos

últimos anos. Há uma pressão, uma demanda maior por infraestrutura aeroportuária”.

O gancho do tema aeroportuária foi utilizado, pelo ministro do Esporte, para defender a edição, pelo Poder Executivo, da Medida Provisória No. 489, que desvirtua a Lei 8.666 (Lei das Licitações): “O presidente Lula entendeu por bem e por adequado”... “levando em conta que o prazo é absolutamente exíguo para o cumprimento dos investimentos que a INFRAERO pretende realizar”... “neste caso, um rito mais simplificado e um rito direto das compras governamentais dos contratos para infraestrutura e para serviços, que estavam pensados e trabalhados para os Jogos Olímpicos, fossem incorporados para a Copa do Mundo, no quesito aeroportos”.

O MP 489 inverte o processo licitatório ao permitir que se realize, primeiro, a avaliação do preço, para, somente, depois, examinar-se a documentação e os aspectos técnicos. Apenas e tão somente, garantiu o ministro, para “ganhar tempo”, porque, como explicou ele, “por vezes, numa concorrência, há inúmeros participantes”. Feita a inversão, como insistiu Silva Junior, “quem ganhar no preço passa a examinar os aspectos formais. Se os aspectos formais, a contratação, tiverem sido cumpridos, realiza-se. Essa é uma medida para que os procedimentos sejam agilizados”.

A favor da MP 489, o ministro citou o Jornal do Brasil, que na edição de 19 de maio de 2010 mancheteou que o principal objetivo da iniciativa é fazer contratos sem licitação. Como entendem deputados vários que não pertencem à base governista. Estão todos, na realidade, de má vontade, como insinuou Silva Junior: “O que estamos propondo é estabelecer parâmetros” ... “para enfrente a dificuldade de prazos, os formalismos...”.

Dedicou-se, então, à questão dos estádios. Que é da alçada direta de sua pasta. Garantiu que a FIA “já aprovou projetos dos estádios de Manaus, Cuiabá, Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte”. Quanto aos estádios de Fortaleza, Natal, Salvador e Rio de Janeiro, estavam, naquele dia, segundo Silva Junior, “em fase de avaliação”.

Em seguida, fez um balanço sobre o andamento das obras: “Em Manaus, Cuiabá e Belo Horizonte as obras já foram iniciadas. Brasília e Fortaleza estão na fase da contratação. Em Recife os serviços já estão contratados. Salvador está em fase de licitação de recursos. Rio de Janeiro ainda não lançou seu edital. Natal já lançou o seu edital. Ou seja, é desigual a situação das cidades, mas todas elas têm tido evoluções importantes”.

Encerrado esse sumário, depois de observar, no entanto, que “estávamos muito preocupados com o andamento das obras dos estádios”... “mas há uma evolução significativa por parte das cidades”, dedicou-se o ministro do Esporte à mobilidade urbana: “São 53 projetos, com investimento de pouco mais de R\$ 11,5 bilhões”... “Os projetos foram selecionados levando em conta a conexão das áreas funcionais da Copa, a viabilidade econômica e a integração dos vários modais de transporte”.

Observou o ministro que “todos os projetos praticamente já passaram da fase de consultas. Alguns já estão autorizados para contratação de obras, alguns já têm obras contratadas. O que existe de pendência é pendência formal que, imagino, vai nos permitir entrar no segundo semestre de 2010 num ritmo mais efetivo de preparação desses investimentos”.

O ministro Orlando Silva Junior, em virtude de ser a Copa o evento de maior repercussão midiática do planeta, é “uma das oportunidades fundamentais” de “promoção que o país faz no mundo inteiro”. Exatamente por isso, explicou ele, no dia 8 de julho, às vésperas da final da Copa da África do Sul, “na Casa do Brasil faremos a apresentação da logomarca da Copa do Brasil, em 2014”... “Trata-se de uma iniciativa do governo federal para articular e potencializar as cidades”... “Haverá espaço para as cidades se apresentarem ao mundo inteiro, que estará na África do Sul, teremos espaços para rodada de negócios, para empresários brasileiros e estrangeiros, e teremos para fazer promoção de turismo e de inovação da capacidade de pesquisa e de inovação da ciência de nosso país”.

Ao final de sua apresentação, o ministro Orlando Silva Junior dedicou a sua prestação de contas ao tema Copa Verde: “Firmamos um

acordo de cooperação entre Ministério do Esporte, Ministério do Meio ambiente, Associação de Secretários Estaduais de Meio ambiente e Associação dos Secretários Municipais do Meio ambiente para um trabalho conjunto da gestão local com a gestão nacional”.

Em virtude desse concerto, foi instalada, explicou ele, “a câmara temática do meio ambiente” ... que realizará “um seminário internacional logo após a Copa da África do Sul, para tratarmos estrategicamente dessa agenda ambiental. Evidentemente, alguns temas já foram tratadas, como a certificação ambiental dos estádios. O BNDES, órgão que vai financiar boa parte desses investimentos, e o próprio comitê local da FIFA já pautaram a necessidade de haver certificação ambiental dessas arenas”.

Para garantir que seja verde a Copa de 2014, declarou Silva Junior que os projetos de mobilidade urbana apontam no sentido de valorizar veículos sobre trilhos, de valorizar o transporte coletivo, porque, salientou, “é também sustentabilidade ambiental diminuir o número de automóveis individuais e promover o transporte coletivo”. Citou, ainda, que “há uma ação empresarial sobre a qual temos dialogado com o comitê da FIFA, para que o catering de produtos orgânicos tenha uma presença importante no que será consumido na parte oficial das competições”, e arrematou informando que existe “uma ação que junta turismo e meio ambiente num grande programa de reforma de nossos parques para oferecer visita, destinação turística e revitalização de uma área tão importante para a sustentação do meio ambiente em nosso país”.

Às vésperas da audiência pública, a FIFA criticara duramente o Brasil em virtude do ritmo mais do que lento do processo de organização da Copa de 2014. Primeiro parlamentar a inquirir o ministro do Esporte, o deputado Afonso Hamm consignou, a respeito, que “não é bom a FIFA neste momento pautar nossas ações. É preocupante! Acho que nós devemos inverter o processo. Estamos em tempo”

Presidente da Comissão de Turismo e Desporto em 2009, Hamm externou a preocupação que é comum a todos: aeroportos. Em seguida, demonstrou preocupação, ao observar que “está faltando um pouco mais

de recurso orçamentário efetivo e com as garantias previstas no orçamento”.

Defendeu, em seguida, cobrou por que a demanda da Comissão de Turismo e Desporto participar do Comitê Interministerial responsável pela organização da Copa de 2014, cujo coordenador é o ministro Orlando Silva Junior, ainda não foi atendida, e arrematou salientando que “nós temos que agir muito mais do que nos explicar ou falar. Acho que há essa necessidade”.

Ao deputado Afonso Hamm sucedeu o deputado Lupércio Ramos, que perguntou frontalmente ao ministro sobre a existência de o Brasil perder o direito de sediar a Copa em virtude de “falta de gestão e de interesse no cumprimento das metas assumidas com a FIFA”. Quis saber, também, se os integrantes do Comitê Interministerial tem consciência da importância do Mundial para o país. Fustigou o ministro questionando a razão de ainda não existir “um conjunto de normas especiais para a realização da Copa”

“Por que o governo ainda não encaminhou um conjunto de normas ‘excepcionalizando’ as ações de preparação da Copa?” Até que essa medida provisória (MP 489), voltada para as Olimpíadas do Rio de Janeiro, vai nos atender ou abrir a brecha para nós, do Amazonas, incluirmos nela algumas questões essenciais, se eventualmente tivermos essa necessidade?”, perguntou dando por encerrada sua participação.

Coube, então, ao deputado Marcelo Teixeira dirigir-se ao Ministro. Quis ele saber “qual seria o estado ou a cidade cujo estádio precisaria de um empurrão?”, citou as queixas do secretário-geral da FIA Jérôme Valcke sobre o fato de o Brasil ainda não ter deflagrado as obras dos estádios e perguntou se “o ministro concorda também que, de 12, o número (de cidades-sedes) pode cair para dez ou para oito?”.

Ao assumir o compromisso de atender todas as exigência da FIFA para o Brasil sediar a Copa de 2014, o governo federal concordou em conceder benefícios fiscais cujo valor desconhecia. Realizados todos os estudos pela Secretaria da Receita Federal, o próprio ministro Orlando Silva Junior anunciou, pouco antes da realização da audiência conjunto,

que os impactos dessa obrigação estavam estimados em torno de R\$ 500 milhões.

Esse foi um dos assuntos abordados pelo deputado Sílvio Torres, presidente da Subcomissão. Também se interessou em saber sobre as cartas-consultas encaminhadas ao BNDES por estados e/ou municípios para terem acesso à linha de financiamento destinada às obras de construção ou reforma das arenas para a competição. A esse respeito, consignou que “o presidente do Comitê Organizador Local (Ricardo Teixeira) há poucos dias deu uma declaração de que deveria entrar dinheiro público federal para ajudar, porque os estados estavam muito atrasados e não conseguiriam cumprir os prazos. Há risco de o governo colocar dinheiro federal? O senhora e o presidente Lula já tinham dito que não colocariam”, recordou, arrematando: “Houve alguma mudança?”

Torres abordou, em seguida, a questão da MP 489, que na avaliação dele chegou “em um momento bastante complicado”... “Vem em um momento em que o Tribunal de Contas da União tem sido muito pressionado por ter paralisado obras, especialmente as do PAC” ... “De repente, essa MP é feita exatamente na direção de ‘flexibilizar’ a Lei No. 8.666”. E quis saber do ministro se ele acreditava na possibilidade de “essa MP” ser aprovada ainda no primeiro semestre de 2010, para, a respeito, criticar o fato de não constar da MP “nenhuma emenda que obrigue uma transparência de toda a execução da Autoridade Olímpica”.

E para encerrar sua intervenção o deputado Sílvio Torres disparou duas perguntas derradeiras: “A Empresa Brasileira de Legado Esportivo é uma nova estatal? Ela vai ser responsável por todas as obras das Olimpíadas de 2016? O senhor poderá ser nomeado presidente da Autoridade Pública Olímpica?”

O ministro então passou a responder as perguntas. Depois de refutar a possibilidade de ocorrer a politização do processo de organização da Copa de 2014, salientando que “não há uma tendência de tensionamento político”, abordou a questão do Orçamento Geral da União:

“A União tem tido papel importante no financiamento, através do BNDES e da Caixa Econômica Federal, e há recursos diretos da União

em portos e aeroportos. Alguns temas irão demandar muitos recursos, como segurança. O comando do Sistema Nacional de Segurança Pública é do Ministério da Justiça, que haverá de ter muitos recursos para capacitar policiais e para equipar forças policiais” ... “Será necessário investimento direto federal na infraestrutura – algum investimento, não todo, porque uma parte será privada – de telecomunicações”, e reconheceu que “em temas que ainda serão trabalhados, haverá maior participação do Orçamento Geral da União”.

Sobre o risco de o Brasil perder o direito de realizar a Copa de 2014, o ministro foi peremptório: “Eu respondo que não há risco de isso vir a acontecer” ... “Sem dúvida alguma, essa hipótese não existe”. Quanto a medida excepcionalizantes, informou a deputado Lupércio Ramos que esse é um “tema sempre muito sensível. Acreditamos que no caso dos aeroportos se justifica pela complexidade e gravidade do assunto”.

Já ao deputado Marcelo Teixeira, que se interessou em saber sobre cidades que necessitam de “um empurrão”, garantiu o ministro que a situação das cidades-sedes é “desigual”, esclarecendo que “em algumas delas, hotel é problema gravíssimo”.

Interveio o deputado Marcelo Teixeira, pontuando que o interesse dele era pontualmente sobre estádios. Esclareceu o ministro que “nesse caso, também é desigual”... “Algumas cidades têm com obras iniciadas, outras com obras contratadas e não iniciadas, outras em fase de licitação, e há quem não tenha publicado ainda o edital”.

Sobre as especulações referentes à possibilidade de o número de cidades-sedes ser reduzido, Silva Junior abordou a questão da seguinte perspectiva: “Não há plano B” ... “porque confio que as cidades cumprirão seus com seus compromissos” ... “A FIFA pretendia fazer em oito (cidades-sedes) e virou um projeto de 12 cidades, porque era importante nacionalizar a realização do Mundial para o desenvolvimento chegar a todas as regiões do país. A partir daí, um ou outro desavisado tenha procurado fazer a interpretação de que a alternativa seria eliminar uma ou outra cidade...” ... “...não trabalhamos com a hipótese de restrição de nenhuma cidade...” ... “A situação é desigual, mas tenho ainda a perspectiva de que elas cumprirão com suas obrigações”.

A seguir, o Ministro começou a responder os questionamentos do Deputado Silvio Torres.

Sobre a isenção fiscal, comunicou que “a Receita Federal fez um estudo sobre os vários itens demandados pela FIFA e projetou que a renúncia fiscal pudesse alcançar R\$ 500 milhões”. A respeito da arrecadação que a Copa propiciará, disse que “o número de R\$ 16 bilhões de arrecadação de impostos foi considerado o mesmo modelo econométrico utilizado em outras Copas, levando em conta investimento direto em infraestrutura e serviços, incremento de consumo, incremento do turismo interno e externo e a recirculação do capital”. Para encerra, disse a Torres que “se considerarmos a multiplicação do investimento direto versus os variados fatores e itens da economia, chegaremos ao impacto global de R\$ 185 bilhões...”

O deputado Sílvio Torres aproveitou para atalhar o ministro: “O senhor tem esse estudo?” Silva Junior disse que possuía e comprometeu-se a encaminhá-lo ao parlamentar. O compromisso foi firmado no dia 19 de abril.

Continuou o ministro: “No que diz respeito à isenção de impostos para construção” ... “essa é uma demanda antiga das cidades. Havia explícita posição do governo de que não haveria isenção” ... “Para felicidade nossa e das cidades, essa posição mudou abruptamente, e para melhor, porque foi para o caminho de realizar as isenções para essas cidades”.

Derivou, então, para a questão do impacto econômico decorrente das isenções relativas aos impostos federais: “nesse caso, são impostos estaduais e municipais que exigirão resolução do Confaz. No caso do ISS, confesso que tenho dúvida” ... “mas talvez seja exigida lei complementar, levando-se em consideração as medidas utilizadas para combater a guerra fiscal. Esse é o tema, mas não tenho o número do impacto econômico para oferecer ao senhor”.

Em relação aos estádios, Silva Junior observou que “segundo o BNDES, nenhum estádio dos que serão públicos terão custo inferior a R\$ 400 milhões” ... “Considerando-se que o custo será acima dos R\$ 400 milhões, esses estados podem iniciar suas obras com recursos próprios,

que poderão ser considerados contrapartida quando da contratação com o BNDES”.

Sobre a hipótese de os prazos para as obras dos estádios serem, mais uma vez, dilatados, o ministro disse que “esse é um problema da FIFA”, esclarecendo: “Quem determinou o prazo inicial e final das obras foi a FIFA, quem sugeriu o prazo de três de maio foi a FIFA, e esse questionamento é melhor dirigido a ela”.

Quanto às especulações de que poderiam vir a ser destinados recursos do orçamento federal para a realização de obras de estádios, o ministro deixou claro que a decisão do presidente Lula é de “não destinar recursos diretos do Orçamento Geral da União para construir ou reformar estádios”. E explicou as razões presidenciais: “O compromisso firmado pela FIFA, pelas cidades e estados foi o de que eles assumiriam essas responsabilidades, e essas cidades foram escolhidas para serem sedes dos jogos da Copa do Mundo da FIFA levando-se em conta esses compromissos”.

O ministro retornou, então, à questão da MP 489, que desvirtua a Lei das Licitações: “Vossa Excelência...”, disse, dirigindo-se ao deputado Sílvio Torres, “... tem razão, a proposta da medida provisória não prevê mecanismo de transparência porque o presidente da República, em dezembro do ano passado, fez publicar um decreto exigindo que todo gasto de dinheiro federal deva ser postado no Portal da Transparência”.

A respeito da Autoridade Pública Olímpica, em razão de ter sido perguntado se seria ele indicado para presidir a instância, Silva Junior afirmou que “o que há é especulação da imprensa, não há nomeação prévia” ... “Assinado o protocolo, ratificado pelos legislativos federal, estaduais e municipais, esse consórcio poderá ser constituído, A partir daí é que o presidente da República fará a indicação para que o Congresso Nacional, particularmente o Senado da República, possa examinar, como acontece no caso das agências, da diplomacia e de alguns outros órgãos da administração”.

Sobre este assunto, o Ministro fez questão de deixar claro que “tenho certeza de que esta Casa vai ter o tempo adequado para debater,

ajustar..” ... “... e o projeto que sair desta Casa seguramente vai sair melhor do que aquele que foi enviado pelo Poder Executivo”.

Sobre a MP 489, o deputado Otavio Leite fez absoluta questão de ressaltar que apesar de considerar natural que o presidente da Autoridade Pública Olímpica tem de contar com a confiança do presidente da República que apresentou emenda destinada a estabelecer que o mandato estenda-se apenas até 31 de dezembro de 2010, em virtude da sucessão presidencial: “Depois, o presidente eleito ou a presidenta eleita submeta ao Senado outro nome, podendo até repetir o nome. Mas nós não podemos, em hipótese alguma, ofender a legitimidade formal, que só as urnas oferecem aos detentores de mandato no Brasil”.

Transferida a palavra ao deputado Eugênio Rabelo, ele demonstrou preocupação com os recursos do BNDES e citou o episódio dos Jogos Pan-Americanos, em virtude de as responsabilidades assumidas pelo estado do Rio de Janeiro e pela prefeitura municipal não terem sido honrados.

Foi encerrada a reunião.

5. Visitas Técnicas

Além das audiências públicas com as cidades-sedes, a Subcomissão resolveu realizar algumas visitas técnicas com objetivo de obter informações sobre os projetos e, ao mesmo tempo, conhecer as instalações e as obras já em andamento.

Foram escolhidas duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro.

A visita à São Paulo foi realizada no dia 14 de maio de 2010. Para o Rio de Janeiro, não foi possível realizar uma agenda tendo em vista o cronograma apertado do ano eleitoral e as incompatibilidades de agenda da Subcomissão e do Governo do Rio de Janeiro.

Abaixo, apresento relatório da visita à São Paulo.

VISITA AO MORUMBI – SÃO PAULO - SP

Local: Estádio do Morumbi - SÃO PAULO - SP

A viagem foi motivada pelos preparativos da Copa de 2014 na cidade-sede de São Paulo. A Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que integra a Comissão Permanente de Fiscalização financeira e Controle da Câmara dos Deputados, participou, no Estádio do Morumbi, de reunião de apresentação pelo Comitê Gestor da Copa de São Paulo e da Prefeitura Municipal de São Paulo acerca dos preparativos para a Copa de 2014 naquela cidade-sede bem como estudo de viabilidade da Copa de 2014 no Estádio Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi). A agenda incluiu também visita às instalações do Estádio do Morumbi do São Paulo Futebol Clube.

Participaram da reunião o Deputado Sílvio Torres, Presidente da Subcomissão da Copa de 2014, a Deputada Raquel Teixeira, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Walter Feldman, ex-Secretário de Esportes da Prefeitura de São Paulo, bem como assessores dos respectivos parlamentares, inclusive da Deputada Relatora Rebecca Garcia, que não pode comparecer. O acontecimento também contou com a participação do Sr. Juvenal Juvêncio, Presidente do São Paulo Futebol

Clube, do Senhor Caio Luiz de Carvalho, Presidente da SP Turis (Empresa Paulista de Turismo e Eventos do Município de São Paulo) e Coordenador do Comitê Organizador da Copa de 2014 da cidade de São Paulo, a Senhora Raquel Verdenacci, Diretora de Projetos Estratégicos da SP Turis, o Sr. João Paulo de Jesus Lopes, Subsecretário estadual de Transportes dentre outros.

Os trabalhos de preparação da cidade de São Paulo para a Copa de 2014 atualmente estão a cargo da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo em conjunto com o Município de São Paulo e são coordenados pelo Grupo de Trabalho - GT Paulista, que funciona como Comitê Executivo com quatro grupos na área de Infraestrutura, Integração, Eventos e Comunicação/Turismo.

A área de Infraestrutura cuidará dos assuntos relacionados à energia, tecnologia, mobilidade, segurança, receptivo e transporte, saúde, estádio, centro de treinamento, saneamento, urbanização.

A Integração tratará dos aspectos ligados à acessibilidade, sustentabilidade, articulação institucional, legislação, fator legado.

O grupo de Eventos e Oportunidades se incumbirá da interface, participação e parceria da sociedade e iniciativa privada bem como da logística dos eventos.

Por fim, caberá à área de Comunicação e Turismo a capacitação de agentes de turismo, pontos turísticos, produtos temáticos, serviços ao turista, sistema de informação, imprensa, comunicação visual.

A SP Turis classificou os trabalhos de organização em seis áreas de interesse: estádio, entorno da arena, principais pontos turísticos, rede hoteleira, acessos, eventos de exibição pública.

Os principais dados apresentados à Subcomissão informaram, no quesito mobilidade urbana, sobre a previsão para a realização de 19 obras com investimentos de R\$ 33,4 bilhões e geração de 273 mil empregos diretos. Desses empreendimentos, destacam-se o Rodoanel, considerada a maior obra viária da América Latina, o Expresso Aeroporto e a linha 4 do metrô bem como a linha 17 (linha ouro) que conectará o

aeroporto de Congonhas à rede metro-ferroviária, passando próximo ao Estádio do Morumbi.

De acordo com os expositores paulistas, essa última obra, estimada em R\$ 3,1 bilhões será financiada com recursos da Caixa Econômica Federal. Já para a obra do Rodoanel, segundo mesma fonte, parte dos investimentos provêm do orçamento da União. Quanto às obras de melhoria dos aeroportos, salientou-se a indefinição do Governo Federal, a quem, compete tais obras, conforme matriz de responsabilidade assinada pelas três esferas de governo.

No tocante à viabilidade do Estádio Morumbi para receber os jogos da Copa de 2014, segundo declaração dos organizadores, o novo projeto da arena, apresentado em 14 de abril do corrente ano, cumpriria as exigências da FIFA para o evento mundial. Uma delas consistia no rebaixamento do gramado com o objetivo de melhorar a visibilidade do campo. Para tanto, seria necessário desviar uma galeria de águas pluviais que atualmente passa por baixo da arena. Esta obra também deixaria como legado a solução de antigo problema reivindicado pela comunidade acerca de enchentes na região.

Ainda para atender ao caderno de encargos da FIFA, o projeto de modernização do Morumbi prevê a construção de um edifício com área de 21 mil m², sendo 11,5 mil m² para atender aos vestiários dos jogadores, túnel de acesso ao campo, salas de entrevistas, salas de mídia, auditório, área de hospitalidade, escritório destinado aos representantes da FIFA. Os demais 9,5 mil m² teriam como legado a locação, após a Copa, com o escopo de proporcionar receita anual ao clube.

O projeto apresentado também prevê, após a cobertura do Estádio, a destinação de área situada atrás do gol, com capacidade para 25 mil pessoas, para receber shows, jogos, lutas e outros eventos, com montagem e desmontagem rápida de palcos e arenas sem prejudicar a realização de jogos. A locação desse espaço proporcionaria receita anual ao clube. Prevvia-se também a construção de novos camarotes. A receita estimada com a locação dos camarotes corresponderia a quase 50% da arrecadação total do Estádio.

Para adequar o Estádio do Morumbi às exigências da FIFA, seus administradores pretendiam custear as obras necessárias, estimadas em R\$ 240 milhões, por meio de empréstimo do BNDES.

Os expositores, ao argumentarem sobre a capacidade financeira do Morumbi para contrair o empréstimo, apontaram para uma situação superavitária da instituição para o período de 2009 a 2014.

Por fim, concluíram os representantes paulistas que o novo projeto do Morumbi atenderia as exigências da FIFA e teria condições de acolher partidas da Copa de 2014 até a fase semifinal e que as demais obras relacionadas ao evento estariam concluídas até a Copa das Confederações, em 2013.

6. Matérias legislativas: projetos de lei e medidas provisórias

Tramitam na Câmara dos Deputados diversas propostas que tratam de Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Vale citar que um deles, o PL 6270/2009 foi fruto dos trabalhos realizados na Subcomissão em 2009. Trata-se de proposta focada na fiscalização e tem com escopo a parceria entre esta Comissão, a Comissão de Fiscalização da Senado Federal, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios das cidades-sedes.

Outros ainda tratam da questão do desenvolvimento sustentável e de práticas ecologicamente corretas tanto para as obras de infraestrutura que serão feitas como na própria realização do evento.

Abaixo, seguem os projetos.

PLP 579/2010 do Poder Executivo que dispõe sobre isenção do ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo 2014.

PL 6270/2009 do Deputado Silvio Torres que estabelece normas sobre a definição das ações destinadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e sobre a forma de planejamento, execução, acompanhamento e fiscalização da aplicação pública nesses eventos.

PL 7422/2010 do Poder Executivo que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências. O projeto encaminhado pelo Poder Executivo concede benefícios fiscais à FIFA e a outras pessoas físicas e jurídicas envolvidas na realização dos referidos eventos esportivos. A proposta prevê ainda a criação de um regime especial de tributação para as obras dos estádios que sediarão os mencionados eventos da FIFA, com desoneração fiscal.

MP 488/2010 (perda de eficácia) que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016 e dá outras providências. A BRASIL 2016 é uma empresa pública constituída sob a forma de Sociedade Anônima, vinculada ao Min. Esporte com finalidade de prestar serviços à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, bem como à APO, p/elaboração e revisão de estudos e projetos e execução de obras e serviços constantes da Carteira de Projetos Olímpicos da APO.

MP 489/2010 (perda de eficácia) que autoriza a União a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica - APO, e dá outras providências.

PL 6908/2010 do Deputado Ratinho Junior que estabelece que os torcedores e frequentadores dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos com capacidade para mais de vinte mil pessoas deverão ser cadastrados para monitoramento dos eventos e eventual utilização em possíveis inquéritos policiais.

PL 5310/2009 do Deputado Beto Albuquerque que dispõe sobre a compensação de débitos tributários a ser feita por entidade desportiva da modalidade futebol que realizar obras de construção, modernização e reforma de seu estádio escolhido para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

PL 3950/2008 do Poder Executivo que dispõe sobre a criação **de 24** cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - **DAS**, destinados ao Ministério do Esporte. Segundo a justificativa, a criação dos cargos visa adequar a estrutura organizacional do ministério às demandas da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil. A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado Federal em 16 de junho de 2010, onde passou a tramitar como PLC – Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2010.

Medida Provisória 497/2010 que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas.

Medida Provisória 503/2010 que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público denominado Autoridade Pública Olímpica – APO para coordenar e planejar a atuação dos três entes federados na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O Protocolo estabelece que a APO integrará a administração indireta de cada um dos entes da Federação consorciados e terá a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.

De acordo com a MP, o referido consórcio, cuja criação representa uma das garantias assumidas pelo Brasil perante o Comitê Olímpico Internacional–COI (proprietária dos direitos sobre os Jogos Olímpicos), será responsável pela aprovação e monitoramento das obras e dos serviços que compõem a Carteira de Projetos Olímpicos, de modo a assegurar o cumprimento dessas obrigações.

O Protocolo de Intenções define, em relação à APO, sobre objetivos, finalidades, ressarcimento das despesas assumidas, área de atuação, normas de gestão, reembolsos e remuneração mensal dos respectivos membros do Conselho de Governança e do Conselho Fiscal.

Além das despesas acima elencadas, o Protocolo também prevê a contratação de pessoal pela APO por tempo determinado, na forma da Lei nº 8.745, de 1993, e a criação, para exercício exclusivo na APO, de cargos comissionados e Funções Técnicas. Além disso, define que a APO também poderá requisitar servidores dos entes consorciados para nela terem exercício, observado o limite quantitativo de vinte por cento do total de seus servidores.

O Protocolo estabelece o custeamento das despesas da APO pelos três entes consorciados de acordo com Contrato de Rateio a ser celebrado entre as partes.

A APO contratará, manterá ou executará obras e serviços referentes à Carteira de Projetos Olímpicos, preferencialmente, por meio da empresa BRASIL 2016 ou mediante convênio com um dos entes consorciados.

O Consórcio também poderá celebrar convênios, protocolos, termos de cooperação ou outros tipos de avenças convenientes com entidades públicas ou privadas, visando o desenvolvimento de atividades institucionais ou de cooperação compatíveis com suas finalidades.

A APO terá sede na cidade do Rio de Janeiro e extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2018, podendo esse prazo ser reduzido ou estendido.

PL 7374/2010 do Poder Executivo. A proposta objetiva ratificar os termos do protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, e criado o consórcio público, de direito público, sob a forma de autarquia em regime especial denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.

A matéria constante do Projeto de Lei nº 7.374, apresentado em 20 de maio de 2010, possui conteúdo semelhante à da Medida Provisória nº 503, de 2010. Consoante justificativa da referida MP, a urgência da aprovação da matéria a fim de evitar riscos na execução das ações preparatórias para a realização dos Jogos de 2016 motivou a edição da medida.

MP 496/2010 que dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União, sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União, transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e dá outras providências.

A medida propõe tratamento excepcional para operações de crédito autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional e destinadas ao financiamento de infraestrutura considerada necessária para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Posto que a legislação apenas permitia o financiamento de projetos em andamento e outros positivamente especificados, a medida provisória viabiliza a contratação, mediante tratamento excepcional, das operações de crédito destinadas a empreendimentos relativos aos referidos eventos.

Lei 12.297/2010 que abre ao Orçamento da União, para o exercício de 2010, em favor do Ministério do Esporte, crédito especial de R\$ 554,4 milhões, sendo R\$ 349 milhões para implantar infraestrutura relacionada aos Jogos de 2016; R\$ 130 milhões para preparação e organização dos Jogos de 2016; R\$ 17,4 milhões destinam-se à realização da Copa 2014; R\$ 48 milhões correspondem aos gastos com gestão e administração da Autoridade Pública Olímpica - APO (custeio e investimentos); e R\$ 10 milhões se referem à participação da União no capital da empresa pública BRASIL 2016.

Instrução Normativa – TCU Nº 62 de 26/5/10 que estabelece normas acerca do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União - TCU sobre os recursos públicos federais destinados à organização e à realização da Copa do Mundo de 2014. Segundo a Instrução Normativa o acompanhamento e controle dos sobreditos recursos públicos federais serão promovidos mediante ações conjuntas com os demais partícipes da Rede de Controle, em especial com os tribunais de contas dos estados e municípios. O TCU também poderá firmar parcerias com outros órgãos e entidades de fiscalização e controle para acompanhar os referidos gastos. A norma determina ainda que os órgãos executores das ações previstas nas matrizes de responsabilidades encaminhadas ao TCU pelo Ministério do Esporte insiram e mantenham atualizados no Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, os dados e os documentos necessários ao acompanhamento do evento.

7. Conclusões e Recomendações

Em abril deste ano fui convidada a relatar esta Subcomissão que tinha a incumbência de continuar acompanhando os gastos públicos com a Copa do Mundo de 2014 e com as Olimpíadas de 2016.

Recebi a tarefa não somente com os olhos voltados para os gastos em si, mas também com a preocupação de entender e ter a clareza exata da atual situação sobre a organização dos eventos, diagnosticar situações-problema e procurar fazer críticas e sugestões que assim como no ano de 2009, com o relatório do nobre Deputado Paulo Rattes, pudessem contribuir para a consolidação de ações mais democráticas, mais transparentes e cujo legado pudesse enriquecer nosso País.

A Copa do Mundo, o evento máximo do futebol, por onde passa gera uma enorme expectativa para o país sede. Pela segunda vez, em muito tempo, um país em desenvolvimento tem a oportunidade de receber o mundial e não se pode, de maneira alguma, desperdiçá-lo.

Em que pese os benefícios do ponto de vista econômico e dos investimentos, gostaria de me ater principalmente aos benefícios sociais. Nosso País encontra-se numa fase de crescimento. A renda da população, notadamente a mais carente, tem sido incrementada em virtude dos programas sociais do governo federal, no entanto, há um descompasso em relação a outros benefícios estruturais, como saneamento básico, melhora no transporte público, modernização de portos, ampliação da capacidade dos aeroportos, modernização e capacitação dos órgãos de segurança pública, criação de mecanismos ecologicamente corretos, e construção de meios que facilitem a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

Além disso, tanto a Copa como às Olimpíadas geram uma enorme oportunidade de mobilização da população, fato que pode ser trabalhado em diversos níveis, principalmente entre os jovens, notadamente os de baixa renda, como a:

- Disseminação de valores de cidadania, igualdade racial, respeito às escolhas de gênero e aos portadores de necessidades especiais;
- Educação para o meio ambiente e disseminação de práticas ecologicamente corretas;
- Capacitação em serviços;

Colocadas estas palavras iniciais, gostaria de comentar sobre os dados apurados.

Primeiramente, gostaria de deixar registrado que em virtude da atipicidade do ano em curso – ano eleitoral, a Subcomissão deliberou focalizar sua atenção com a organização da Copa de 2014, tendo em vista a proximidade do evento e dos dados já obtidos. Assim, as audiências públicas e os requerimentos de informação, pautaram-se basicamente sobre este tema.

Sobre os dados apresentados e tendo em vista a matriz de responsabilidade assumida em janeiro de 2010, obtive as seguintes informações por tema:

I. Arenas

Com relação aos estádios, o BNDES abriu linha de financiamento no valor de R\$ 6,3 bilhões, sendo que o teto máximo de empréstimo por arena será de até R\$ 400 milhões.

Os projetos de Fortaleza, Cuiabá, Manaus, Salvador e Rio de Janeiro já foram aprovados pelo Banco.

Abaixo segue quadro com o andamento das obras, valendo lembrar que em São Paulo, o projeto do “Fielzão” ainda não foi totalmente definido.

Andamento das obras nos estádios (dados com a colaboração do Sinaenco)

Belo Horizonte	Escavação para o rebaixamento do campo em 3,5 m começou em 10 de agosto de 2010. No final de julho, teve início a demolição das arquibancadas inferiores. O Mineirão foi interditado em 6 de junho de 2010. Projeto do arquiteto Gustavo Penna em colaboração com a alemã GMP, a modernização do Mineirão inclui construção de cobertura, vestiários e arquibancadas, estacionamentos e esplanada entre estádio e renovação do ginásio Mineirinho. O estádio terá 69 mil lugares. Custo: R\$ 743,4 milhões (estádio e esplanada) Contrato: PPP (concessão por 27 anos) Construtora: não definida
Brasília	Concluída a retirada de refletores, gramado, cadeiras e instalações. Iniciada no final de maio/2010, nesta etapa também foi feita a demolição da arquibancada descoberta. No novo projeto, arquibancada coberta e menos degraus, será aproveitada. Segundo o governador eleito o projeto será agora de 48 mil lugares. O escritório Castro Mello Arquitetos e a empresa alemã GMP assinam o projeto de reforma da nova arena Mané Garrincha, que se transformará numa arena multiuso, com 71 mil lugares. Projeto inclui estacionamentos, apoio, vestiários, lojas e ampliação de arquibancadas. Custo: R\$ 696 milhões Contrato: público Construtoras: Via Engenharia e Andrade Gutierrez
Cuiabá	Obra de fundações previstas para julho foram adiadas para setembro, depois para outubro. Começou a movimentação de terra e escavações para implantar as estacas-raiz. Atualmente, operários trabalham para finalizar o sistema de drenagem. A Arena Cuiabá é um projeto premiado da GCP Arquitetos. Terá capacidade para 43.600 espectadores, com arquibancadas flexíveis e cobertura. Poderá ter redução de até 30% da capacidade após o Mundial. O projeto tem uma série de recursos para atender à certificação Leed, de sustentabilidade. Custo: R\$ 342 milhões Contrato: público Construtoras: Santa Bárbara e Mendes Júnior

Curitiba	Obras devem começar apenas em junho de 2011. A modernização da arena curitibana é de responsabilidade da Carlos Arcos Arquitetura. Para as obras (construção do quarto lance de arquibancadas e da cobertura), o município liberou créditos de potencial construtivo de R\$ 90 milhões para o Atlético-PR. Em 19/11/10 a imprensa noticiou que o Atlético não vai mais utilizar recursos do BNDES e vai se utilizar do potencial construtivo do terreno. Custo: R\$ 130 milhões Contrato: privado Construtora: não definida
Fortaleza	A licitação se arrastou entre fevereiro e outubro de 2010. O vencedor foi homologado apenas em 29/10/10. As obras ainda não começaram. A reforma do Castelão, projeto do escritório Vigliecca & Associados, pretende também revitalizar o bairro do Passaré, em Fortaleza. Estádio terá 66 mil lugares, estacionamento, centro olímpico, piscina e ginásio multiuso, além de geração de energia eólica. Custo: R\$ 452,2 milhões Contrato: PPP (concessão por oito anos) Construtora: Galvão Engenharia, Serveng Civilsan e BWA
Manaus	Com demolição concluída em outubro, obra passa para etapa de fundações. Área do gramado do antigo Vivaldão será rebaixada em dois metros. Previsão é que terraplanagem do terreno termine em novembro. As primeiras obras de fundação já começaram. Arena Amazônia substituirá o estádio Vivaldo Lima (Vivaldão), em processo de demolição. O projeto é de autoria do escritório alemão GMP e inspira-se em elementos da cultura, fauna e flora amazonenses. A capacidade é de 44.310 pessoas. Custo: R\$ 499,5 milhões Contrato: público Construtora: Andrade Gutierrez

Natal	Última sede a lançar edital de licitação. Demolição prevista para ser concluída em março de 2011. O edital foi adiado mais uma vez e o Ministério Público Federal e Estadual, em 11/11/10 recomendaram a suspensão do edital. O projeto básico do novo estádio de Natal foi concebido pela empresa internacional Populous Architects. Licitação definirá o prosseguimento do projeto executivo. Arquibancadas flexíveis permitirão remover parte dos 45 mil assentos do estádio. Custo: R\$ 400 milhões Contrato: PPP Construtora: não definida
Porto Alegre	Clube começou em 29 de agosto perfurações no entorno do estádio para instalar 130 estacas que darão suporte à cobertura do estádio. Projeto do escritório Hype Studio, a reforma do estádio portoalegrense compreende: cobertura metálica, suportada por 65 módulos de 23m em forma de asa, e capacidade de 60 mil lugares. Integra um projeto de renovação urbana em toda a região ribeirinha. Custo: R\$ 120 milhões Contrato: privado Construtora: não definida
Rio de Janeiro	Apesar de ter demorado, a obra segue o cronograma estipulado. A retirada das cadeiras do anel inferior começou em 24 de agosto. Em seguida, este setor será demolido mecanicamente. O estádio foi interditado em 5 de setembro. A previsão de término desta etapa é dezembro de 2010 Projeto da empresa pública Emop (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), a reforma do Maracanã compreende a redução da capacidade a 76 mil lugares, reconstrução da arquibancada inferior, geometria oval (para melhorar curva de visibilidade), 108 camarotes e acesso por rampa monumental. Custo: R\$ 705,6 milhões Contrato: público Construtoras: Andrade Gutierrez, Odebrecht e Delta

Salvador	Demolição mecanizada do anel inferior, das estruturas internas, das piscinas e do ginásio Balbininho começou em 21 de junho de 2010. O anel superior foi implodido em 29 de agosto. A nova arena substituirá o estádio Fonte Nova (demolido), mantendo a geometria oval e abertura para o Dique de Tororó. Terá 50 mil lugares e três anéis de arquibancada, mas a capacidade poderá ser ampliada para até 65 mil, caso seja escolhido para a abertura da Copa. O projeto é do escritório Setepla Tecnometal e Schultz+Partner. Custo: R\$ 591 milhões Contrato: PPP (concessão por 35 anos) Construtoras: Odebrecht e OAS
Recife	A obra depende de licença de instalação e desapropriações. Além disso, terreno está penhorado. Localizada em São Lourenço da Mata, a 19 km do Recife, a nova arena foi projetada pelo escritório Fernandes Arquitetos Associados. Uma série de empreendimentos estão sendo concebidos para a região do entorno da obra. A arena terá 46 mil lugares e estacionamento para 6 mil autos. Custo: R\$ 464 milhões Contrato: PPP Construtora: Odebrecht, ISG e AEG Facilities
São Paulo - Fielzão	Projeto foi lançado em agosto de 2010. Pode vir a ser o palco da abertura. Odebrecht e Corinthians buscam liberação da licença ambiental da prefeitura para o início da obra, marcado para janeiro de 2011. Após o veto da Fifa ao estádio do Morumbi, a arena do Corinthians é a única opção de São Paulo para 2014. O projeto do escritório carioca CDCA prevê 48 mil lugares em área de 200 mil m² no bairro de Itaquera, zona leste da cidade. Caso a federação confirme o interesse no estádio, o projeto sofrerá mudanças radicais para atender a 65 mil pessoas e aos requisitos de visitantes vip e mídia. Custo: R\$ 335 milhões Contrato: privado Construtora: Odebrecht

II - Portos

Para as cidades-sedes da Copa serão investidos R\$ 740,7 milhões. Os projetos são:

Salvador - Adaptação de armazém para terminal marítimo de passageiros - R\$ 36 milhões.

Recife - Adaptação do armazém e construção de nova área para terminal marítimo de passageiros, pavimentação/urbanização de acessos e estacionamento na área portuária - R\$ 21,8 milhões

Natal - Adaptação do antigo frigorífico e galpão para terminal marítimo de passageiros, aumento de cais, pavimentação/urbanização de área portuária - R\$ 53,7 milhões

Mucuri (Ceará) - Construção de terminal marítimo de passageiros, de cais/berço, pavimentação/urbanização de acessos e estacionamento na área portuária - R\$ 105,9 milhões

Santos - Alinhamento de cais e implantação de via interna de acesso na área portuária - R\$ 119,9 milhões

Rio de Janeiro - Implantação de três piers - R\$ 314 milhões

Manaus - Adaptação dos armazéns 0 a 3 para terminal de passageiros, restauro do armazém 0 para bagagens, aumento de dois cais, defensas, urbanização de pátio para estacionamento e passarela coberta para pedestres na área portuária - R\$ 89,4 milhões

III – Aeroportos

Os investimentos em aeroportos serão da ordem de R\$ 5,6 bilhões, e das obras da matriz são as que apresentam maior preocupação. Do total de investimentos que o governo federal colocou à disposição da Infraero para a melhoria ou ampliação dos aeroportos, apenas R\$ 193 milhões estão comprometidos com contratos e, destes, somente R\$ 49,3 milhões foram gastos efetivamente. Abaixo segue o detalhamento:

Cidades	Em R\$ milhões			% Contratado	% Executado
	Previsto	Contratado	Executado		
Belo Horizonte	408,60	3,25	1,88	0,8	0,5
Brasília	748,40	12,29	1,08	1,6	0,1
Cuiabá	87,50	-	-	0,0	0,0
Curitiba	72,80	1,40	0,74	1,9	1,0
Fortaleza	279,50	5,37	1,61	1,9	0,6
Manaus	327,40	1,54	0,35	0,5	0,1
Natal	576,90	3,27	0,44	0,6	0,1
Porto Alegre	345,80	-	-	0,0	0,0
Recife	19,80	0,80	0,15	4,0	0,8
Rio de Janeiro	687,30	108,10	42,34	15,7	6,2
Salvador	45,10	-	-	0,0	0,0
São Paulo	1.961,70	57,06	0,75	2,9	0,04
Total	5.560,80	193,08	49,34	3,5	0,9

Fonte: CGU, dados de 10/09/2010

IV – Mobilidade Urbana

Para as obras de mobilidade serão investidos cerca de R\$ 11,4 bilhões financiados pela Caixa Econômica Federal via o programa do Ministério das Cidades.

Os últimos dados recebidos da CEF, via Ministério das Cidades, foram de junho deste ano. Estes dados davam conta de que os processos de mobilidade urbana seguiriam a seguinte tramitação:

1º Análise de risco e de crédito: analisa a capacidade de pagamento e a suficiência de garantia. Esta fase é de responsabilidade da Caixa.

2º Envio de Cartas Consultas ao Ministério das Cidades: nesta fase o Ministério das Cidades, via Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade urbana seleciona as operações junto à fonte FGTS e habilita as propostas no âmbito do limite autorizado pelo Conselho Monetário Nacional.

3º Autorização de endividamento e verificação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta fase é de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional

4ª Aprovação do crédito. Esta fase é de responsabilidade da Caixa.

Até então, a CEF registrava 54 operações. Das obras de mobilidade urbana previstas na matriz de responsabilidade, ficaram faltando duas do Ceará e as obras do Rio de Janeiro, pois o empréstimo neste último caso será via BNDES, todos os demais constam da planilha, na seguinte proporção de operações*:

MG-8
DF-2
MT-3
PR-9
CE-5 (faltam dois que constam da Matriz)
AM-2
RN-2
RS-10
PE-5
BA-1

Conforme as 4 fases de tramitação, as 54 operações encontravam-se na seguinte situação:

- 1ª fase: 47 operações já passaram pela 1ª fase de análise de risco e de crédito, 7 ainda estão em análise são: 1 operação de Manaus (BRT Eixo Leste-Centro), todas as 3 operações de Cuiabá(BRT Aeroporto/CPA, BRT Coxipó/Centro e BRT Mario Andreazza) e 3 operações de Natal que contemplam as duas obras previstas(Eixo 1 e Eixo2).
- 2ª fase: Como 7 operações estão ainda na análise de crédito (1ª Fase), 47 das 54 operações já enviaram carta consulta ao Ministério das Cidades e todas foram selecionadas.
- 3ª fase: Nenhuma operação foi ainda autorizada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Das 54 operações, 7 estão aguardando abertura do processo na STN, 39 estão aguardando documentação pelos proponentes, e 8 já estão em análise final.

- 4ª Fase: Como nenhuma foi autorizada pela STN, a Caixa ainda não aprovou nenhum crédito.

Até o fechamento deste relatório, a Caixa Econômica Federal ainda não havia transmitido os dados mais atualizados.

Diante das informações acima apresentadas e dos depoimentos colhidos nas audiências, pude constatar os seguintes principais problemas:

1. Sobre as arenas

Nem todos os estádios deverão ficar prontos em dezembro de 2012 e, portanto aptos para a Copa das Confederações de 2013, conforme inicialmente planejado.

Os estádios privados, ao contrário do que se imaginava, são os que, em tese, apresentam maiores problemas em virtude da necessidade de conseguirem investidores que banquem reformas ou modernizações que os clubes não desejam arcar.

Outro ponto que ainda preocupa é sobre o legado que será deixado. Alguns projetos são excessivamente grandiosos e sua sustentabilidade, seja através do futebol, seja através da utilização para outros eventos, ainda deixa dúvidas, que podem e devem ser revistas. Exemplo disto é o estádio de Brasília que está com suas obras paradas e o novo governador eleito já estuda a possibilidade da revisão do projeto e da redução do número de assentos com o objetivo de diminuir o investimento a ser realizado.

2. Sobre os Portos

Ainda pairam dúvidas sobre a possibilidade de utilização de navios de passageiros para complementação de leitos nos hotéis que até o momento se apresentam insuficientes. Evidentemente, não se deve

descartar este importante ponto da infraestrutura que pode e deve ser modernizado.

3. Sobre os Aeroportos

Sem sombra de dúvidas é um dos gargalos que mais preocupa e não só para a Copa de 2014. A ampliação e a modernização dos nossos aeroportos deve ser uma preocupação para agora, pois o Brasil já está trabalhando no limite ou acima de sua capacidade.

Os números apresentados pela CGU e divulgados pela ONG Contas Abertas revelam que do total a ser investido para a Copa, somente cerca de 1% foi executado.

O governo federal, especialmente o novo governo que se aproxima deve urgentemente se debruçar sobre este ponto e encontrar soluções imediatas para que os projetos da Infraero efetivamente deslanchem, sem, no entanto passar por cima do controle e da fiscalização.

4. Sobre mobilidade urbana

Os projetos de mobilidade, conforme o próprio Ministro das Cidades declarou em sua audiência, não precisam ficar todos necessariamente prontos para a Copa de 2014, e sob este aspecto, as cidades-sedes têm uma folga para as suas conclusões. No entanto, é preciso salientar que esses projetos envolvem diversos atores no âmbito federal, estadual e municipal. Os cronogramas extrapolam os mandatos políticos de prefeitos, governadores e do próprio Presidente da República, neste sentido, é preciso um enorme esforço de coesão dos entes.

Além deste aspectos, gostaria de destacar ainda outros:

- Dificuldade em contratar mão-de-obra qualificada no setor da construção civil;
- Acessibilidade: nenhum dos projetos apresentados pelas cidades-sedes ouvidas falou da acessibilidade para portadores de necessidades especiais, fato que preocupa;
- Meio ambiente: forma poucos também os projetos apresentados que procuraram demonstrar que estão pensando suas obras com propostas ecologicamente sustentáveis.

Diante de todo o exposto, gostaria de apresentar algumas sugestões.

Em que pese às críticas, acredito que ainda há tempo para o Brasil se reorganizar e construir um evento de ponta, exemplar, e sem os erros cometidos nos Jogos Panamericanos que tanto preocupam a sociedade. Para tanto, o novo governo federal sob o comando da Presidenta eleita Dilma Roussef deverá tomar algumas providências imediatas.

Primeiramente, tornar o Comitê Interministerial mais coesão e ativo e permitir a participação de membros desta Casa e da sociedade civil. Em seguida rever toda a matriz de responsabilidade, fazer as correções necessárias nos cronogramas e nos custos, inclusive com a eliminação de obras, se for o caso. E finalmente, estabelecer metas e prazos rígidos sem admitir mais e adiamentos como os que se tem visto cotidianamente.

Além disso, é preciso que o Congresso Nacional e a sociedade tomem conhecimento do andamento dos trabalhos. O site do Ministério do Esporte e o da Controladoria Geral da União são pouco claros, principalmente para a população em geral. É preciso que seja criado um

meio de comunicação mais fluído e transparente e com canais de interlocução com o público para críticas, sugestões e denúncias.

Acredito também que o governo federal e os governos estaduais e municipais devam promover políticas que incentivem iniciativas voltadas para a sustentabilidade e para a educação para o meio ambiente.

Na minha região, essas iniciativas não são só necessárias, são fundamentais, assim como outras que possam deixar um legado de capacitação e que tragam alternativas de renda sustentáveis para sua população.

No mesmo sentido, os governos, seja na esfera federal, como nos estados e nos municípios, devem implementar políticas que incentivam projetos de acessibilidade e locomoção de pessoas com problemas de mobilidade, além de promover sua inclusão através da capacitação e o aproveitamento dessas pessoas no evento.

Estes são os pontos que queria ressaltar e espero que esta pequena contribuição seja aproveitada pelos organizadores destes eventos. É o relatório.

8. Encaminhamentos

Tendo em vista a amplitude das ações necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014, solicito que cópia deste Relatório seja encaminhada à:

Casa Civil da Presidência da República,

Ministério do Esporte,

Ministério das Cidades,

Ministério dos Transportes,

Ministério da Defesa,

Ministério do Planejamento,

Ministério do Turismo,
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero,
Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC,
Secretaria da Receita Federal,
Governo do Estado do Rio Grande do Sul,
Governo do Estado do Paraná,
Governo do Estado de São Paulo,
Governo do Estado do Rio de Janeiro,
Governo do Estado de Minas Gerais,
Governo do Distrito Federal,
Governo do Estado da Bahia,
Governo do Estado de Pernambuco,
Governo do Estado do Rio Grande do Norte,
Governo do Estado do Ceará,
Governo do Estado do Amazonas
Governo do Estado do Mato Grosso,
Prefeitura da Cidade de Porto Alegre,
Prefeitura da Cidade de Curitiba,
Prefeitura da Cidade de São Paulo,
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,
Prefeitura da Cidade de Belo Horizonte,
Prefeitura da Cidade de Salvador,
Prefeitura da Cidade de Recife,
Prefeitura da Cidade de Natal,
Prefeitura da Cidade de Fortaleza,
Prefeitura da Cidade de Cuiabá,
Tribunal de Contas da União,

Tribunais de Contas que integram a Rede de Fiscalização dos Gastos
Públicos com a Organização da Copa do Mundo de 2014,
Ministério Público Federal,
Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios onde
os jogos da Copa de 2014 serão disputados,
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Brasília, 17 de dezembro de 2010.

Deputada Rebecca Garcia

Relator da Subcomissão de Fiscalização e Controle dos
Gastos Públicos para a Organização da Copa de 2014